

1290000673



TCC/UNICAMP L136f

FORMAS DE EXPANSÃO DO EMPREGO FEMININO



JULIANA ROCHA LAGES

(ORIENTAÇÃO: Profa. Dra. Eugênia Troncoso Leone)

TCC/UNICAMP
L136f
IE/673

GEDOC/IE

ÍNDICE

<u>Introdução</u>	pág 03
<u>Capítulo I</u> : Aspectos gerais recentes da economia e do mercado de trabalho brasileiro	pág 11
Item I.1: Panorama da economia brasileira entre os anos 50 e 80	pág 11
Item I.1.1: Evolução do mercado de trabalho feminino no período	pág 19
Item I. 2 : Aspectos do mercado de trabalho brasileiro na última década	pág 24
Item I. 2. 1: O mercado de trabalho feminino nos anos 90	pág 28
<u>Capítulo II</u> : Fatores de oferta e demanda de mão-de-obra feminina e suas implicações sobre o mercado de trabalho	pág 32
Item II. 1 : Aspectos gerais da inserção feminina	pág 32
Item II. 2 : Fatores da demanda por mão-de-obra feminina	pág 35
Item II. 3 : Fatores de oferta de mão-de-obra feminina	pág 43
<u>Capítulo III</u> : Inserção da mão- de- obra feminina segundo a tipologia das ocupações, os grupos ocupacionais e os setores de atividade	pág 52
<u>Bibliografia</u>	Pág 79
<u>Anexos</u>	Pág 80

INTRODUÇÃO

Esta monografia será parte integrante da pesquisa "Emprego Feminino: formas de expansão e natureza de inserção", iniciada em março de 1997 sob orientação da professora Eugênia Troncoso Leone, com bolsa de Iniciação Científica do CNPQ.

O trabalho visa dar continuidade à pesquisa já concluída: "Mulher, Mercado de Trabalho e Pobreza: Um Estudo da Inserção da Mulher na Atividade Econômica e suas Implicações para a Família", que estudou as formas de inserção da mulher no mercado de trabalho e de que forma isso afetou o nível de renda das famílias. As mulheres foram classificadas como cônjuges, chefes ou filhas. A pesquisa abrangeu a Região Metropolitana de São Paulo e o interesse maior era de averiguar se esta inserção serviu para impedir uma maior deterioração da condição sócio-econômica, consequência da estagnação econômica e da alta inflação verificadas na década de 80, que levou à uma diminuição geral do poder de compra da renda do trabalho.

A pesquisa anterior utilizou-se de uma tipologia específica para classificar seis diferentes tipos de famílias: mulher só (F1), mulher sem cônjuge com filhos e/ou agregados (F2), mulher com cônjuge

sem filhos e/ou agregados (F3) , mulher com cônjuge e até dois filhos e/ou agregados (F4), mulher com cônjuge e mais de dois filhos e/ou agregados (F5) e homem sem cônjuge com filhos e/ou agregados (F6).

A fonte de dados utilizada na pesquisa anterior, e que também será amplamente utilizada nesta, é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A última pesquisa utilizou os dados disponíveis para o período de 1981 e 1990, enquanto esta tem a intenção de analisar o período entre 1989 e 1995.

A pesquisa anterior concluiu que, com relação à intensidade da incorporação da mulher no mercado de trabalho, a maior participação pode ser atribuída a uma inserção mais intensa das cônjuges (na maior parte mulheres acima de 25 anos), ou seja das mulheres das famílias F3, F4 e F5. As outras mulheres tiveram um aumento menos intenso de participação na atividade econômica.

Com relação ao perfil educacional, a pesquisa indicou que a maior escolaridade afetou a inserção feminina na atividade econômica. A mulher instruída tem, além de mais alternativas de emprego, uma família que em geral tem mais recursos. Realmente, a maior participação ocorreu em famílias com renda acima da linha

de pobreza. Portanto, o aumento da participação econômica da mulher serviu mais para evitar um maior empobrecimento de famílias com renda acima da linha de pobreza do que para elevar o nível de renda das famílias na pobreza absoluta.

Com relação à posição na ocupação, a maior participação de cônjuges e chefes não alterou sua forma de inserção. Enquanto em São Paulo e em Porto Alegre ressalta o peso das que são empregadas com carteira assinada, no Rio de Janeiro e em Recife, destacam-se as que trabalham por conta própria.

Quanto à contribuição da mulher para a renda familiar, o que ocorreu foi a dependência maior das famílias ao trabalho feminino, sem que isso significasse uma melhora na renda relativa da mulher trabalhadora quando se compara com as outras fontes de renda da família. Como foi acima mencionado, a participação maior das cônjuges se deu nas famílias com renda acima da linha de pobreza, contribuindo mais para evitar o empobrecimento das famílias não pobres que para suavizar a incidência de pobreza absoluta, muito presente nas metrópoles.

Apesar do desempenho do mercado de trabalho brasileiro nos anos 80, quando a estagnação da economia prejudicou a abertura

de novas oportunidades ocupacionais para o expressivo aumento da população que procurou se inserir na atividade econômica, houve um aumento na população ativa. Esse aumento refletiu basicamente a crescente participação feminina. Surge, então, a dúvida sobre a natureza qualitativa dessa incorporação no sentido de transformar o caráter secundário, transitório e complementar numa participação mais plena e permanente na renda familiar.

Um movimento interessante observou-se no que tange às alterações setoriais, tendo havido uma queda importante nas ocupações relativas à indústria e à construção civil, onde a mulher está menos fortemente inserida, ao mesmo tempo em que crescia a participação das ocupações relacionadas à prestação de serviços, onde a participação da mulher é mais intensa.

É objetivo desta pesquisa averiguar se as alterações setoriais da ocupação, que se acentuaram na década de 90, foram acompanhadas ou não de mudanças no perfil ocupacional das mulheres. Para tanto, far-se-á necessário o detalhamento dos diversos setores de atividade, além do cruzamento de setores com ocupações, sempre diferenciando o resultado segundo os gêneros.

Alguns movimentos setoriais importantes ocorreram a partir da década de 70. Nesta década houve um forte crescimento da indústria e da construção civil, que ocupou muita gente, principalmente homens que vinham do campo. Houve uma redução líquida significativa da PEA rural, conforme coloca Pacheco (1996).

Nos anos 80, o mercado de trabalho teve seu desempenho influenciado pelo quadro de estagnação da economia, o que, junto ao significativo aumento da PEA (justamente pelo expressivo aumento da participação feminina neste período), levou a um quadro de deterioração do mercado de trabalho. É importante ressaltar que houve ainda, neste período, uma queda na participação masculina na PEA, com queda em sua taxa de atividade, significando que a influência da participação das mulheres no crescimento da PEA foi ainda maior. O emprego industrial fica constante neste período enquanto que diminui o emprego na construção civil e aumenta nas atividades ligadas ao setor terciário.

Nos anos 90, há uma reestruturação industrial que leva a uma queda no emprego na indústria, intensifica a queda no emprego na construção e aumenta ainda mais o emprego no comércio e nos serviços. Uma vez que a participação da mulher é muito maior nas

atividades do setor terciário, que a verificada na indústria em geral, esse quadro parece ter colaborado para o aumento da participação feminina na década de 90, e, provavelmente, para uma modificação na sua forma de inserção neste mercado.

Esta pesquisa pretende inquirir sobre a qualidade da inserção feminina na força de trabalho, verificando se as alterações setoriais das ocupações foram ou não acompanhadas de mudanças no perfil ocupacional da PEA feminina.

A inserção feminina no mercado de trabalho é um tema bastante atual e interessante a meu ver, pois ao mesmo tempo em que reflete uma mudança de mentalidade à nível sócio-cultural importante, mostra também a relevância desta nova mentalidade dentro das conjunturas econômicas adotadas nas últimas décadas.

Há quem pense que esta inserção foi apenas uma forma encontrada em um determinado período para superar o problema da renda familiar, sendo portanto um movimento de força cada vez menor, com o passar dos anos. Outros entretanto, acreditam que esta é uma nova realidade do mercado e que a mulher irá cada vez mais se inserir nos diferentes setores da economia, fixando-se.

O trabalho feminino é caracterizado por vários autores como sendo heterogêneo e as mulheres, segundo muitos acreditam, recebem menores salários. Acredito que seria interessante investigar por que ocorrem estes fenômenos, dado que o trabalho feminino e masculino são as vezes tão diferentes que se tornam muitas vezes incomparáveis.

Este tema portanto, mostrou-se ao mesmo tempo atual, interessante, importante - já que está no centro das discussões acerca das conseqüências das políticas econômicas adotadas -, e também bastante acessível, sendo por isso por mim escolhido na confecção desta monografia.

A opção pela Região Metropolitana de São Paulo justifica-se não só por ser esta a maior e mais importante metrópole do país, como por apresentar uma situação intermediária em termos de nível e aumento da taxa de participação feminina na década, sendo portanto, a mais indicada para uma reflexão mais geral acerca das regiões (Leone, 1996).

As informações foram tiradas das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) realizadas periodicamente pelo IBGE, disponíveis em CD-ROM e adquiridas pelo Instituto de Economia da

Unicamp. O acesso a esses dados é feito via computador, através do *software* SPSS, programa disponível nos computadores do Setor de Processamento de dados do IE. Para utilizar este programa foi necessária a participação no curso de Introdução ao SPSS, oferecido pelo SPD durante a última semana do mês de fevereiro do corrente ano.¹

¹ Neste momento contei também com a colaboração de Cleber Luis Lourenço, bolsista do Cnpq, que também auxilia na pesquisa.

CAPÍTULO I: ASPECTOS GERAIS RECENTES DA ECONOMIA E DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

I.1) Panorama da economia brasileira entre os anos 50 e 80.

De meados de 50 até fins de 1970, houve uma ampliação e um aprofundamento da indústria brasileira. Durante este período o crescimento da produção esteve apoiado na expansão do mercado interno e no processo que foi denominado "substituição das importações". A partir de 1950 passou a verificar-se uma autonomia cada vez maior do capital industrial, que se reproduzia numa dinâmica cada vez mais endógena, embora ainda bastante limitada por restrições externas e de incapacidade de constituir um padrão de financiamento adequado.

Com o aumento acentuado da participação industrial no produto global, ocorre uma ampliação sensível no mercado de trabalho, já que a indústria passa a absorver grandes contingentes de mão-de-obra.

É na década de 50 que se observa uma intensa combinação de capitais multinacionais, estatais e privados, no sentido de formar

a indústria pesada e a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento industrial.

Uma vez que se instala a base da indústria pesada, a trajetória da economia passa a seguir um processo cíclico, comandado pelos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis e condicionado pelas especificidades da inserção destes setores na economia (Carneiro, 1993).

Nos anos do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), é dado grande impulso à modernização industrial financiada por recursos externos. Foi posto em prática o Plano de Metas, onde o Brasil pretendia recuperar os cinquenta anos de atraso econômico durante os cinco anos do mandato. A produção industrial neste período cresce 80%, as indústrias básicas se expandem e são feitas obras de vulto como novas hidrelétricas e a construção de Brasília, modernizando o país e favorecendo as migrações internas em geral.

Entre 1956 e 1961, com a implantação do Plano de Metas e o crescimento industrial espantoso, há uma ampliação ainda maior do mercado de trabalho industrial em simultâneo a um movimento de êxodo rural, indicando uma perda cada vez maior da importância do setor primário, em prol do setor secundário que se desenvolvia.

A partir de 1964, instala-se no país, por meio de um golpe, o Regime Militar. Neste período adota-se um modelo econômico que favorece a concentração de renda e sacrifica os setores populares, ao mesmo tempo que reabre o país ao capital estrangeiro e retoma o endividamento externo para investimentos em grandes obras públicas.

A existência de um eixo de expansão dado pela indústria pesada, combinada com as reformulações no padrão de financiamento, promove, entre 1967 e 1973, um período de intenso crescimento, denominado "milagre brasileiro". Este milagre teve seu dinamismo dependente da estabilidade do padrão tecnológico, que permitiu que se difundissem os padrões de produção e consumo do centro para as periferias e que foi viabilizado pela atuação do Estado e pelas formas de organização e graus de diferenciação do capital privado doméstico (Carneiro, 1993).

Durante o milagre abrem-se as portas do país às multinacionais, que se sentem atraídas pelas condições extremamente favoráveis à implantação e expansão de suas indústrias, principalmente mão-de-obra barata, pois o governo limitara de forma drástica os aumentos reais de salários. Assim, o milagre

econômico, ao mesmo tempo que agravou o desequilíbrio na distribuição da renda, levou ao crescimento médio do PIB de 10% entre 1968 e 1973, e ao desenvolvimento de grandes obras.

Com a difusão do padrão de consumo dos países industrializados para os em processo de industrialização, principalmente durante o "milagre brasileiro", cresce não só a produção industrial, mas o comércio estimulado por ela. Assim, "assegurou-se um crescimento do emprego no ritmo da intensa expansão da população ativa urbana" (Mattoso e Baltar, 1997), apesar do sempre intenso movimento migratório. Durante este período é importante ressaltar que a urbanização ocorria num ritmo acelerado, impulsionando ainda mais a expansão do comércio e dos serviços.

Nos anos 70, conforme demonstra a tabela I.2, ocorre um crescimento do produto acima de 9% em todos os setores da economia, demonstrando a magnitude do processo de industrialização. O emprego acompanha este processo, crescendo entre 6 e 7%, conforme o setor.

O intenso crescimento da economia entretanto, veio acompanhado de uma acentuada concentração de renda, que não permitiu que a maioria dos trabalhadores pudesse usufruir de

aumentos substanciais de poder de compra dos salários, tendência que não foi combatida pelo governo, principalmente durante os governos autoritários após 1964.

A partir da segunda metade da década de 70, acelera-se o endividamento externo, a inflação retorna, o setor público desestrutura-se e a economia como um todo começa a entrar em crise. No intervalo entre 1974 e 1980 foi instituído o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que visava suprimir a tendência observada na economia brasileira de desequilíbrio externo, a partir da eliminação do atraso do setor de meios de produção, da constituição de uma estrutura industrial integrada e da ampliação da produção doméstica de alimentos e energia. A economia brasileira neste período foi, portanto, conduzida pelas conseqüências do II PND .

Nos anos 80, com a crise da dívida externa, a política econômica vai em busca de um superávit comercial. "O saldo comercial foi obtido com estagnação da economia, elevada inflação e deterioração das finanças públicas, que terminaram conduzindo o país a uma situação próxima da ingovernabilidade ao final da década" (Matoso e Baltar, 1997) Entretanto, no Brasil, ao contrário

da América Latina, a estrutura da produção foi preservada, embora a taxa de investimento tenha permanecido baixa durante toda a década. O emprego formal cresceu lentamente e aumentou o número de trabalhadores por conta própria e informais. Os salários reduziram-se significativamente.

A tabela I.1 mostra claramente a brutal queda na taxa de crescimento do produto na década de 80, em comparação com a atingida durante a década de 70. A taxa de crescimento do emprego também caiu, embora em menor proporção que o produto. A queda na taxa de emprego foi bem mais sutil no setor terciário.

O ajustamento imposto à indústria em função da crise do início da década de 1980 precipitou a perda de dinamismo do antigo padrão de desenvolvimento industrial e superou a perda que já era esperada dada a finalização dos grandes blocos de investimentos dos anos 70, respondendo pela maior parte das mudanças ocorridas a partir de 1981. Caíram, portanto, o nível de produção e emprego; a produtividade caiu em 1981 e voltou a crescer a partir de 1982, mais em razão da queda mais acentuada do emprego que da produção; aumentou o coeficiente de exportação da indústria em função de uma política de exportação a qualquer

custo como saída à crise no mercado interno e visando gerar saldos comerciais para o serviço da dívida externa; contraiu-se o nível de investimentos de forma mais acentuada que a redução do nível de produção, e reduziu-se o esforço de incorporação de progresso técnico, com o enfraquecimento político e econômico da infra-estrutura de ciência e tecnologia que vinha sendo construída (Suzigan, 1992).

Nos anos seguintes ao ano de 1981, - quando a recessão alcança níveis astronômicos e ocorre queda na produção industrial, a crise se acelera. A dívida externa atinge 100 bilhões de dólares e o governo é obrigado a recorrer ao FMI, mesmo para pagar apenas os seus juros.

A economia se recuperou a partir das exportações entre 1984 e 1986. A inflação continuou elevada e o processo de recuperação não teve continuidade num crescimento da economia. Ocorre também uma deterioração nas finanças públicas. A estrutura de produção foi preservada, mas a taxa de investimento permaneceu muito baixa neste período (Matoso e Baltar, 1996).

"É importante entender o crescimento negativo do investimento na década de 80. Neste período o crescimento da indústria de bens

de capital ocorre fundamentalmente no setor de bens de capital seriados, enquanto o de bens sob encomenda revela baixo dinamismo. Caracteriza-se dessa forma o denominado investimento de modernização, cuja marca principal é a introdução de novas máquinas destinadas a elevar a produtividade sem alterações substantivas na capacidade produtiva" (Carneiro, 1993). Ocorre uma estagnação dos investimentos públicos, o que leva à queda do investimento privado como consequência. Além disso, alguns fatores combinam-se encarecendo o investimento, tais como: a desvalorização do câmbio, o aumento da taxa de juros e os ciclos recessivos (Carneiro, 1993).

Tabela I.1: Taxas de crescimento do produto e do emprego por setor de atividade (1970-1988)

Setor de Atividade	1970/ 1980	1979/ 1988
Secundário		
Tx de cresc. do produto	9,3%	1,9%
Tx de cresc. do emprego	6,7%	2,5%
Ind. de Transformação		
Tx de cresc. do produto	9,0%	1,5%
Tx de cresc. do emprego	7,1%	2,6%
Terciário		
Tx de cresc. do produto	9,4%	3,7%
Tx de cresc. do emprego	6,2%	4,9%

Fonte: PACHECO, 1996.

1.1.1) Evolução do mercado de trabalho feminino no período

A partir dos anos 50, com o grande esforço industrializante que se verificou no país, passa a haver um crescimento mais significativo da mulher no mercado de trabalho. A mulher, que antes estava praticamente relegada ao trabalho doméstico ou no campo, passa a inserir-se também no mercado de trabalho assalariado.

Com o Plano de Metas a capacidade de absorção do mercado aumenta consideravelmente, ampliando as oportunidades ocupacionais. Estes postos de trabalho eram, em geral, acessíveis às mulheres e isso se confirma com o crescimento da PEA feminina neste período, em relação à PEA total, de 14,4% em 1950 para 17,9% em 1960 (Pacheco, 1996). A grande ampliação da participação feminina no mercado de trabalho neste período, ocorreu principalmente devido à abertura de cargos "tipicamente" femininos como os de secretariado, e da ampliação do emprego público (Bruschini, 1996).

Ao final da década de 70, constata-se que as principais mudanças ocorridas na estrutura ocupacional referem-se à diminuição contínua da representatividade de ocupações ligadas às atividades agropecuárias, em virtude do aumento acelerado da participação de

ocupações das indústrias de transformação e de construção, além de atividades de prestação de serviços. Paralelamente, as ocupações terciárias, que antes apenas apoiavam as atividades agropecuárias e de comércio de importados, ampliam-se, voltando-se para serviços complementares em atendimento às novas empresas industriais, e para o comércio de produtos nacionais resultante da política de substituição de importações do período. Como consequência, observa-se, neste período, a ampliação de ocupações administrativas e de prestação de serviços auxiliares. Além do mais, a transformação qualitativamente mais significativa ocorreu na participação de ocupações técnicas e científicas, cujo aumento representa a introdução de tecnologias mais modernas, que requerem maior capacitação dos ocupados (Kon, 1994).

Durante os anos 70, portanto, a inserção feminina na economia teve seu "boom", firmando-se como uma das mais importantes transformações sociais ocorridas no país. Os motivos dessa inserção são vários, e vão além da grande demanda por mão-de-obra decorrente do dinamismo da economia comandado pelo setor industrial. Necessidade de contribuição na renda familiar, mudanças de mentalidade na sociedade, queda da taxa de

fecundidade e a afirmação do padrão de consumo internacional, podem ser considerados como sendo dos mais importantes dentre eles.

Os anos 80 constituíram um período de crise econômica e político-institucional, podendo-se identificar três fases diferenciadas, segundo Kon (Kon, 1994):

> 1981-83: período de contração da demanda e dos investimentos, com conseqüente retração da atividade econômica, o que significou menor dinamismo na economia e conseqüentemente maior desemprego. Neste momento, as ocupações administrativas perdem em importância relativa, concomitantemente à diminuição de ocupações industriais e à interrupção do aumento da participação de atividades técnicas e científicas, caracterizando um retrocesso no processo de modernização da economia. As mulheres neste período se encontravam concentradas em guetos ocupacionais que se expandiram apesar da crise (Bruschini, 1996).

> 1985-86: fase de crescimento da demanda e de retomada das taxas de crescimento econômico. Neste momento, dá-se um aumento do emprego, já que este está intimamente ligado ao estímulo à produção. As mulheres provavelmente acompanharam esta tendência

e se inseriram mais no mercado de trabalho durante este período. Isto é o que demonstra a tabela 5 onde a taxa específica de atividade feminina cresceu de 32,9% da PEA em 1981, para 36,9% dela em 1985. Significando portanto um aumento de 4% na sua atividade.

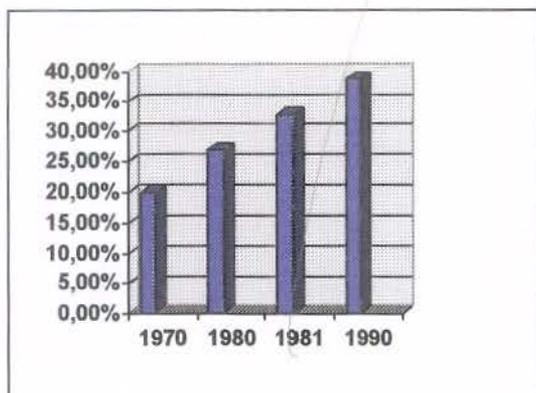
> 1987-1990: período de crescimento moderado do produto, porém sem significativa retomada de investimentos voltados para a modernização tecnológica.

Porém, neste momento dá-se um aumento da participação de ocupações de comércio e de prestação de serviços, que ocorreu particularmente nas atividades menos capital-intensivas ou nas informais, como consequência da queda das taxas de emprego nas atividades dinâmicas. Ou seja, as ocupações terciárias neste momento, têm um papel equilibrador no mercado de trabalho, impedindo um aumento significativo do desemprego global da economia. A terciarização da economia favoreceu muito as mulheres, uma vez que as atividades terciárias apresentaram maior índice de inserção feminina, tanto no Brasil quanto em outros países industrializados. Neste período, portanto, houve um aumento da atividade feminina no segmento formalizado do mercado, em

ocupações de nível médio de qualificação, rendimentos relativamente mais compensadores e com benefícios trabalhistas ampliados pela constituição de 1988 (Bruschini, 1996).

Durante os anos 80 portanto, houve fortes transformações estruturais a nível mundial, pois “esgotou-se o padrão de desenvolvimento forjado no pós-guerra nos países desenvolvidos, alterando a relação capital/trabalho, em benefício do capital, e, fazendo com que os países em desenvolvimento sofressem demasiadamente com a crise da dívida externa, que havia alcançado patamares astronômicos e passou a desviar recursos dos investimentos, necessários à continuação do desenvolvimento, para seu serviço” .

Gráfico I.1: Taxas de Participação Feminina no Brasil



Conforme o gráfico I.1, a mulher veio aumentando sua taxa de participação no mercado de trabalho de forma crescente, principalmente a partir de 1970, quando o país experimentou um surto industrial que elevou a demanda por mão-de-obra nos grandes centros urbanos.

I.2) Aspectos do mercado de trabalho brasileiro na última década

Com a posse de Fernando Collor, em 1990, é decretado o Plano Brasil Novo, justificado como única solução viável para evitar a hiperinflação e ajustar a economia. O Plano incluía modificações na moeda, captura das poupanças, adoção de câmbio flutuante, suspensão do pagamento dos juros da dívida, liberação das importações, congelamento dos preços e salários, aumento dos impostos e tarifas, privatização de estatais, além da suspensão dos incentivos fiscais.

Logo após sua implantação ocorre uma drástica redução da produtividade e, após um ano da sua vigência, constata-se sua impotência no combate à inflação.

Em 1991 é posto em prática o Plano Collor II, um novo conjunto de medidas de correção da política econômica, que busca os mesmos objetivos anteriores: forçar o ajuste das contas públicas,

conter a inflação, desindexar a economia e acelerar o processo de abertura econômica. Mais uma vez os resultados não são os esperados: a crise recessiva continua e a inflação não cede o esperado.

Com a fragilização deste governo, em fins de 1992 assume o vice presidente Itamar Franco, que não alterou significativamente a política econômica vigente. Em meados de 1993 o governo passa a atacar duramente a inflação e acaba adotando em 1994, o Plano Real, que "ratifica a abertura e assume a moeda americana como âncora cambial". Assim, nos últimos meses do ano, "a inflação reduziu rapidamente, estimulada pelo aumento das importações de bens duráveis e não-duráveis, permitida por uma diminuição abrupta das alíquotas" (Deddeca, 1997).

Esta nova política tem grande dificuldade de produzir taxas elevadas de crescimento econômico e, dessa forma, o baixo incremento do produto aliado ao importante fluxo de importações, leva a um déficit elevado nas balanças comerciais. A cada medida do governo no sentido de reverter o déficit na balança, produzia-se uma nova recessão. Por causa desta conjuntura, observa-se um movimento de "racionalização da produção" por parte das empresas,

que tem levado a sérias conseqüências relacionadas ao nível de crescimento da economia (Matoso e Baltar, 1996).

Tabela I.3: Indicadores da atividade econômica (1989-1995)

ANO	Agropec.	Serviços	Indústria	PIB	PIB (p/ cap.)
1989	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1990	96,3	99,2	91,8	95,7	94,1
1991	99,0	100,8	90,1	96,0	92,9
1992	104,3	100,8	86,7	95,2	90,7
1993	103,3	104,3	92,7	99,2	93,1
1994	111,7	108,6	99,1	104,2	97,1
1995	118,3	114,8	101,1	109,3	99,8

Fonte: Matoso e Baltar, 1996, p. 12.

A tabela I.3, demonstra que, a partir do Plano Collor, ocorre uma queda na atividade econômica em todos os setores e no PIB, que somente irá se recompor totalmente com a implantação do Plano Real.

O mercado de trabalho dos anos 90 é caracterizado como heterogêneo, devido à ampla escala salarial, aos elevados níveis de rotatividade e aos baixos salários. As políticas adotadas nos anos 90, de estabilização monetária com valorização cambial e elevadas taxas de juros ampliam a armadilha do crescimento, deteriorando a estrutura produtiva, o emprego e as condições de trabalho e aumentando o desemprego estrutural, uma vez que provocam um aumento incomum nas importações em 1994 e 1995, saltando quase 100% em dois anos (Matoso e Baltar, 1996).

Na década de 90 também são observadas tendências ao enxugamento da máquina estatal, reduzindo a quantidade ofertada de empregos públicos; uma aceleração no aumento da informatização, reduzindo o emprego nas áreas administrativas; além de um intenso processo de terceirização da economia (Bruschini, 1996).

Na tabela I.4, percebe-se uma queda ainda maior na taxa de crescimento do produto, acompanhada pela queda da taxa de crescimento do emprego, que desta vez foi proporcionalmente maior que a queda do produto, excluindo-se o setor terciário, onde a queda foi, novamente, mais sutil.

Tabela I.4: Taxas de crescimento do produto e do emprego por setor de atividade (1979-1995)

Setor de Atividade	1988/ 1995	1979/ 1995
Secundário		
tx de cresc. do produto	0,6%	1,3%
tx de cresc. do emprego	0,3%	1,5%
Ind. de Transformação		
tx de cresc. do produto	0,5%	1,1%
tx de cresc. do emprego	0,2%	1,4%
Terciário		
tx de cresc. do produto	2,5%	3,2%
tx de cresc. do emprego	3,5%	4,3%

Fonte: PACHECO, 1996.

Em resumo, os anos 90 foram um período de intensa abertura econômica, baixo investimento agregado, terceirização da produção com utilização em larga escala de insumos importados. A combinação de abertura comercial, câmbio valorizado e

desregulamentação do mercado de trabalho, cria, segundo Pacheco (1996), um horizonte sombrio, principalmente porque a abertura se dá sem que sejam elaboradas e praticadas políticas industriais de apoio à reestruturação.

Tabela I.5 - Indicadores da Produção Industrial, 1989/ 1995

ANO	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Prod. Industr.	100,0	91,1	88,7	85,4	91,8	99,0	100,4
Varição	-	-8,9	-2,6	-3,7	7,5	7,8	1,5
Bens de Capital	100,0	84,5	83,4	77,6	85,0	100,9	101,3
Varição	-	-15,5	-1,3	-6,9	9,5	18,7	0,4
Intermediários	100,0	91,3	89,3	87,2	92,0	98,0	98,3
Varição	-	-8,7	-2,2	-2,4	5,5	6,5	0,3
Consumo durável	100,0	94,2	98,6	85,8	110,7	127,5	142,8
Varição	-	-5,8	4,7	-13,0	29,1	15,1	12,0
Consumo Não-durável	100,0	94,8	96,5	92,8	99,0	100,9	105,0
Varição	-	-5,2	1,8	-3,8	6,6	2,0	4,1

Fonte: Pacheco, 1996.

I.2.1) O mercado de trabalho feminino nos anos 90

A importância relativa da indústria não se modificou muito ao longo dos anos 80, permanecendo basicamente a mesma no início dos anos 90. Por outro lado, houve forte transferência de pessoas da agricultura para o setor terciário. Os dez pontos percentuais perdidos pela ocupação na agricultura foram absorvidos pelas atividades terciárias, em função principalmente do forte movimento de urbanização ocorrido no país nos últimos anos. Assim, a prestação de serviços, o comércio e as atividades sociais representavam em 1990 quase 40% das ocupações geradas no

país (Sabóia, 1995). Uma vez que, conforme já foi previamente colocado, a mulher está inserida de forma mais expressiva no setor terciário, pode-se dizer que o cenário do mercado de trabalho dos anos 90 foi muito favorável para as mulheres. Este é um dado importante principalmente quando se considera que apesar do enorme crescimento do setor terciário, a comparação internacional mostra que ainda há muito espaço para que este setor aumente sua importância no futuro.

Sabóia chama a atenção para o fato de que o crescimento do setor terciário não significa obrigatoriamente queda da importância da indústria. As formas modernas de produção industrial estão, segundo ele, associadas a uma série de atividades de serviços.

A participação dos empregados com carteira assinada voltou a cair em 1990, quando o país inicia nova recessão. Aumentou o grau de informalização dos trabalhadores, atingindo também as mulheres, embora de uma forma menor aquelas que estavam inseridas no setor terciário que as do setor primário e secundário. O setor secundário, entretanto, foi o que apresentou maior aumento no grau de informalização, sendo que isto representou um aumento na informalização de uma parte menos significativa das mulheres, que se encontra inserida neste setor. A evolução do setor formal encontra-se na tabela 1.5, que demonstra a

queda sensível no emprego formal na indústria, relativamente ao setor terciário que se manteve na maioria das vezes, conseguindo até expandir-se em alguns casos como os da saúde, educação, alimentação, alojamento, reparação, diversão e serviços pessoais.

Tabela 1.5 - Evolução do emprego formal entre 1989 e 1995.

Anos	Total	Ind. de Trans form.	Const r civil	Comér cio	Finan ças	Imóveis serv. tec e apoio à ativíd. econom.	Trans- porte e comuni cação.	Aloj, Alim, Répar, Serv. Pess. diver.	Asúde	Educ.	Adm. Públ.
1989	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1990	99,7	97,8	97,0	101,8	96,9	98,9	100,6	102,2	102,2	106,3	100,2
1991	96,1	91,3	91,0	97,6	89,1	95,3	98,4	102,7	104,2	110,4	100,4
1992	93,5	86,5	90,3	93,1	85,0	93,4	97,0	102,1	105,2	110,9	101,1
1993	93,1	85,8	86,3	93,9	83,1	92,1	96,4	103,4	108,3	112,3	100,6
1994	93,7	85,8	85,2	95,5	80,8	92,7	95,3	106,4	111,0	115,3	100,5
1995	93,9	85,8	82,7	96,8	74,7	92,0	95,7	109,3	113,0	118,8	100,4

Extraído de Matoso & Baitar (1996).

No que se refere ao setor secundário, entretanto, com o ajuste recessivo do início da década e a abertura comercial, foram adotadas práticas defensivas, que procuraram introduzir novas técnicas de gestão, que conseguiram aumentar a produtividade a despeito de uma diminuição no nível de emprego industrial. Uma vez que existe uma parcela algo expressiva de mulheres neste setor, também se deu uma queda no emprego feminino por esta via.

No geral, pode-se dizer que o mercado de trabalho feminino tende a se expandir, posto que seu principal 'locus' está no setor terciário.

Entretanto, a concorrência pelas vagas no setor terciário vai ser agora ainda maior, tanto por causa das mulheres e homens que passarão a ingressar no mercado de trabalho, quanto pelos que tendem a ser expulsos do setor secundário, a partir da implantação de métodos de produção cada vez modernos que aumentam a produtividade com a utilização cada vez menor de mão-de-obra. Ainda, o maior ou menor crescimento do setor terciário mais ou menos desenvolvido dependerá crucialmente da maior ou menor capacidade de crescimento da economia como um todo. A informalização também tende a crescer, principalmente por causa do aumento no terciário que é o segundo setor mais informal, depois somente do primário que, ao contrário, vem diminuindo.

CAPÍTULO II: FATORES DE OFERTA E DEMANDA DE MÃO-DE-OBRA FEMININA E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

II.1) Aspectos Gerais da Inserção Feminina

A distribuição ocupacional de uma região é resultado da interação entre fatores de demanda por mão-de-obra (estrutura produtiva, desenvolvimento tecnológico, formação bruta de capital fixo, entre outros) e de oferta de mão-de-obra (crescimento populacional, escolaridade, grau de urbanização, distribuição por sexo) (Schmidt,1995).

Existem grandes disparidades concernentes ao nível de participação ocupacional de homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro, conforme verificado na Tabela II.1 para o ano de 1989. Essas disparidades e ainda, o processo que se verifica atualmente, de ampliação constante da participação feminina neste mercado, vem levantado diversas questões bastante relevantes, como a de por que as mulheres ficaram durante tanto tempo marginalizadas e somente em tempos mais recentes passaram a participar de forma mais significativa do mercado de trabalho, ou

como coloca Leone, “se não houve pelo lado do comportamento global da demanda de mão-de-obra fatores que atrassem a mulher para as atividades remuneradas, pergunta-se o que teria motivado a mulher a ingressar no mercado de trabalho em circunstâncias econômicas tão adversas” (Leone,1996). E ainda, queremos entender de que forma vem ocorrendo esta inserção. Quais são suas peculiaridades.

Tabela II.1 - Distribuição da População Ocupada Assalariada, segundo as Categorias Ocupacionais - RMSP, 1989.

CATEGORIAS OCUPACIONAIS	TOTAL (1)	HOMENS	MULHERES	C/ CARTEIRA	S/ CARTEIRA
Total	100,00	63,8	36,2	92,5	37,5
Empresas	85,5	66,6	33,4	70,9	29,1
Dirigentes	8,5	69,3	30,7	84,2	15,8
Produção	52,4	70,4	29,6	71,2	28,8
Qualificados 1 (2)	3,1	50,5	49,5	71,6	28,4
Qualificados 2 (3)	5,0	43,0	57,0	46,9	53,1
Semiquualificados 1 (4)	35,8	72,1	27,9	75,1	24,9
Semiquualificados 2 (5)	5,8	92,7	7,3	74,0	26,0
Não-qualificados	2,7	73,7	26,3	58,9	41,1
Administração	24,6	57,6	42,4	83,2	16,8
Qualificados 1 (2)	2,8	76,4	23,6	96,9	3,1
Qualificados 2 (3)	1,1	66,7	33,3	74,1	25,9
Semiquualificados 1 (4)	11,8	51,2	48,8	84,2	15,8
Semiquualificados 2 (5)	2,0	16,3	83,7	83,0	17,0
Não-qualificados	8,9	71,4	28,6	77,7	22,3

Fonte: IBGE - PNAD, 1989. In: Kon (1989)

(1) Total categoria *i*/ total global

(2) Com nível técnico de escolaridade

(3) Com nível superior de escolaridade

(4) Com menores qualificações, sem atribuições de chefia

(5) Com maiores qualificações e atribuições de chefia

Na tentativa de elucidar algumas destas questões se faz importante a análise de certos aspectos tais como:

> quais são os fatores de demanda por mão-de-obra feminina, ou seja, o que é que faz com que as empresas se interessem por este tipo de mão-de-obra. Quais as exigências feitas pelas empresas no emprego desta mão-de-obra.

> quais são os fatores de oferta de mão-de-obra feminina, ou seja, o que é que faz com que as mulheres resolvam abandonar serviços domésticos para se inserir no mercado de trabalho. Que tipo de exigências são feitas pelas mulheres de modo a viabilizar sua participação neste mercado.

Dentre estes fatores se verificam alguns de natureza social, outros de natureza política e outros ainda de natureza econômica. Seu estudo irá fornecer base para que, futuramente, sejam discutidas as diversas formas de expansão do emprego feminino, objetivo desta pesquisa.

Os fatores que explicam este tipo de comportamento são vários, complexos e de naturezas diversas. Muitos desses fatores estão associados às profundas transformações sociais que vêm ocorrendo e têm mudado o papel da mulher na família e na

sociedade. As conquistas de maior espaço na sociedade e de maior igualdade entre gêneros e direitos individuais reprodutivos têm impulsionado um aumento da autonomia feminina que levam a mulher a superar as dificuldades específicas colocadas para sua participação na atividade econômica (Leone, 1996).

II.2) Fatores de Demanda por Mão-de-obra Feminina

A demanda do mercado por mão-de-obra feminina é influenciada pela expansão da economia, pela crescente urbanização e pelo ritmo acelerado de industrialização (Bruschini, 1996).

Como costuma ser alta a participação feminina no setor agrário, conforme este setor vai perdendo lugar para o setor industrial, a participação feminina no mercado de trabalho vai decrescendo. Nas sociedades onde o tamanho do setor agrário é maior, deverá ser também maior a participação econômica global das mulheres (Schmidt, 1995).

No setor industrial há um predomínio notório de mão-de-obra masculina basicamente em todos os países. Sendo assim, naqueles países onde predomina este setor, percebemos geralmente uma participação masculina mais acentuada no mercado de trabalho.

Quanto ao setor terciário, nota-se aqui uma tendência parecida com aquela verificada no setor primário, qual seja a de uma forte participação feminina, uma vez que essa área costuma oferecer boas chances de emprego para o gênero.

Adotando o raciocínio de Schmidt (1995), que concebe o processo de modernização econômica como sendo composto de três etapas: redução do setor agrário, aumento inicial e posterior redução do setor industrial e crescimento do setor de serviços, perceberemos que o movimento de demanda por mão-de-obra feminina, nosso objetivo neste ítem, irá se mostrar desfavorável na primeira etapa, desfavorável no primeiro momento e favorável no segundo momento da segunda etapa e favorável na terceira etapa deste processo.

Esta tese parece se confirmar no caso do Brasil, pois conforme Pacheco (1996), entre 1940 e 1970, e principalmente após os anos 70, houve uma redução líquida da PEA rural, movimento este que seria equivalente à primeira etapa do processo de modernização econômica descrito acima. No início deste processo, tanto a PEA feminina quanto a masculina diminuem.

O crescimento do emprego passou então a ser determinado pela trajetória de industrialização do país. Este movimento pode ser

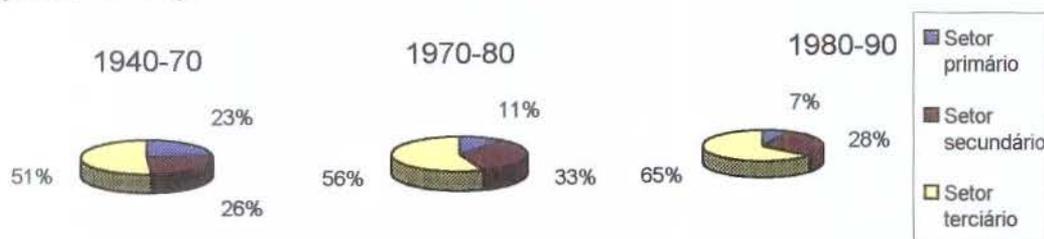
entendido como o primeiro momento da segunda etapa, quando há justamente um movimento de expansão industrial. É um momento de recuperação da PEA masculina.

Entre 1980 e 1991, “a PEA do conjunto secundário respondeu apenas por 18% das novas ocupações” (Pacheco,1996). Este movimento de enfraquecimento do setor secundário poderia representar o segundo momento da segunda etapa do processo de modernização em questão. Durante este período, praticamente a totalidade dos novos postos de trabalho foi conseqüência do crescimento dos empregos no setor de serviços, especialmente na prestação de serviços e nas áreas sociais. Este movimento seria correspondente ao terceiro momento no processo de modernização econômica. É nesta fase que passa a haver alguma recuperação na demanda por mão-de-obra feminina, que costuma ser bem requerida nas atividades do setor terciário, principalmente nestas onde foi maior a expansão, como foi o caso das áreas sociais.

As etapas do processo de modernização descrito por Schmidt podem ser percebidas pelos dados do gráfico II.1, onde se nota que houve uma queda expressiva no crescimento da PEA do setor primário em relação ao total da PEA ocupada, ocorrendo inclusive

decréscimo das PEAs agrícola, pecuária e de extrativismo vegetal após os anos 70. Com relação ao setor secundário, a PEA sofreu um aumento bastante significativo entre 1970 e 1980, caindo para uma proporção menor que aquela verificada entre 1940 e 1970, após os anos 80. No setor terciário a tendência verificada foi de crescimento constante da PEA desde 1940 até 1991. Seu crescimento foi mais expressivo, entretanto, entre 1980 e 1991, quando passou a representar cerca de 82% do total da PEA ocupada, confirmando a tendência à redução do setor industrial em detrimento do crescimento cada vez maior do setor terciário colocada por Schmidt.

Gráfico II.1: Brasil - Variações na PEA por setores de atividade (1940-1991).



A resposta para as grande diferenças entre os países no que se refere ao desenvolvimento das taxas de participação dos setores agrário, industrial e de serviços, e que ao meu ver se aplica

também para as diferenças regionais dentro de cada país, está na exigência de uma abordagem científica da interação de fatores sociais, culturais e políticos, de um lado, e de condições econômicas, por outro.

Conforme coloca Schmidt, a chave da compreensão desta questão está nas condições institucionais do agir econômico. Ele coloca que o estudo sobre a taxa de participação mostra que, entre estas condições, cabe importância especial à combinação de fatores como a política de salários dos sindicatos, a política fiscal do governo e o tipo de bem estar social que o Estado pretende realizar.

As empresas em geral optam pela mão-de-obra feminina quando o salário pago é inferior àquele que seria pago caso um homem fosse contratado, ou quando o serviço é ligado aos serviços desempenhados em casa como os de arrumação, preparo de alimentos, costura e também para aquelas ocupações que exigem uma maior utilização de relações humanas.

Geralmente os homens são preferidos às mulheres nos países onde existem leis sociais rígidas de amparo à maternidade, onde a empresa se vê obrigada a manter a empregada sob licença

remunerada durante um determinado período após o nascimento de seu filho. Desta forma, para aqueles trabalhos onde é indiferente optar por homens ou mulheres, os homens são, em geral, preteridos.

Portanto, parece que o padrão de comportamento da inserção feminina no mercado de trabalho pode ser explicado como uma combinação de fatores culturais, demográficos e econômicos (Bruschini & Lombardi, 1996). Sobre este aspecto, é importante notar que a inserção feminina é diferente nas diversas regiões brasileiras. Em determinadas cidades mais industrializadas, é maior também o setor de serviços e assim, embora a menor participação no campo, a mulher está bem inserida principalmente no setor terciário, conforme tendência dos países industrializados. Naquelas cidades onde o setor industrial se apresenta de forma ainda bastante tímida, o trabalho no campo ainda possui grande importância e a mulher tem uma inserção ainda significativa.

Especificamente para aquela região de interesse para esta pesquisa, qual seja, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), temos que sua distribuição ocupacional reflete as diferenças na estrutura produtiva, em que as atividades agropecuárias são pouco

representativas e a maior concentração de ocupados se verifica na indústria. Mas apesar das ocupações no comércio desta região terem revelado uma maior participação, este comportamento reflete o aumento de situações de emprego informal (Pacheco, 1996; Kon, 1994).

Para a RMSP, Kon coloca que: " Examinando-se a distribuição dos ocupados segundo o sexo, verifica-se que, tanto para o Estado como para a RMSP, os homens ocupam em torno de 64% dos postos de trabalho. No entanto, a distribuição setorial apresentada através da tabela II.2, demonstra diferenças consideráveis. Observa-se, no setor primário e nas atividades industriais, a predominância de homens, que correspondem, em média, a cerca de 80% no Estado e na RMSP, com níveis discretamente superiores nesta última região. Nestes setores, as atividades da indústria de transformação absorvem um percentual ligeiramente superior de mulheres em relação às demais indústrias, particularmente no que se refere à indústria de construção, em que a quase totalidade de trabalhadores é do sexo masculino. No setor terciário, observam-se maiores diferenças entre os gêneros, haja vista que nos serviços de transporte, comunicações e de reparação a representatividade de homens supera 90%. Uma distribuição menos díspare, por sexo,

encontra-se no comércio, nas atividades financeiras, na administração pública e nos serviços auxiliares às empresas, porém, ainda prevalecendo uma participação superior masculina (próxima de 70%). A predominância de ocupações pelo sexo feminino, revela-se nos setores de serviços sociais (principalmente em ocupações ligadas à saúde e à educação) e nos demais serviços (estes englobando os serviços domésticos remunerados) (Kon, 1994).

Tabela II.2 - Distribuição da População Ocupada, por Sexo e Condição de Carteira Assinada, Segundo os Setores - RMSP, 1989.

SETORES	TOTAL (1)	HOMENS	MULHERES	C/ CARTEIRA	S/ CARTEIRA
TOTAL	100,0	63,8	36,2	62,5	37,5
Primário	0,7	82,4	17,6	13,7	86,3
Secundário	39,4	80,3	19,7	78,9	21,1
Indústria de Transformação	33,3	71,8	28,2	84,8	15,2
Indústria da Construção	5,4	97,4	2,6	39,7	60,3
Outras indústrias	0,7	84,9	15,1	96,1	1,9
Terciário	59,9	56,0	44,0	45,2	54,8
Comércio	12,7	68,7	31,3	55,2	44,8
Transportes e Comunicações	4,4	90,5	9,5	69,8	30,2
Atividades Financeiras	5,4	58,5	41,5	90,6	9,4
Serviços Sociais	9,7	26,6	73,4	51,8	48,2
Administração Pública	3,2	67,5	32,5	(2) 35,1	(3) 64,9
Serviços de Reparação	3,5	96,4	3,6	28,7	71,3
Serviços Aux. às Empresas	5,9	65,5	34,5	61,9	38,1
Demais Serviços	15,1	37,5	62,5	36,8	63,2

Fonte: IBGE - PNAD 1989. In: KON (1989)

(1) Total Setor / total global

(2) Referem-se aos contratados pela CLT

(3) Referem-se aos estatutários

II.3) Fatores de Oferta de Mão-de-obra Feminina

A partir dos anos 80 houve um aumento muito intenso no ritmo de entrada da mulher no mercado de trabalho brasileiro. Mas se o período foi economicamente conturbado, dada a presença de alta inflação e como consequência, de um quadro crônico de estagnação, como explicar então a maior oferta de mão-de-obra feminina no período, que levou ao efetivo aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Para entender melhor as circunstâncias que influem na oferta de mão-de-obra feminina e que variam muito de país para país, faz-se necessário analisar também as *raízes políticas e culturais dos modelos conservador e progressista da divisão de trabalho entre homens e mulheres*, o que aliás já foi feito em relação aos aspectos ligados à demanda (Schmidt, 1995).

Um dos fatores que influem na oferta de mão-de-obra é a *diferença entre os salários* da mão-de-obra feminina quando comparados aos da mão-de-obra masculina. Mesmo em casos de qualificação equiparável, geralmente se verificam diferenças em detrimento do trabalho feminino, que podem ser observadas através da *tabela II.3 e do gráfico II.2*. Segundo Kon (1994), na RMSP, “a

distribuição dos rendimentos médios, segundo as categorias ocupacionais, quando comparadas à de escolaridade, mostra diferenças mais significativas entre os sexos.

Tabela II.3: Rendimento Real (1) Médio do Trabalho Principal, por Sexo, Segundo Setor de Atividade - RMSP, 1996.

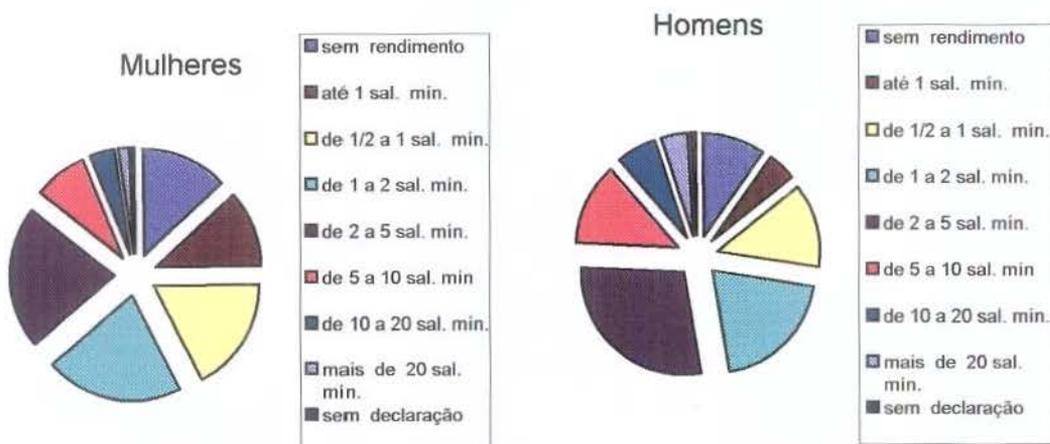
SETOR DE ATIVIDADE	MULHERES	HOMENS
TOTAL DE OCUPADOS	585	995
INDÚSTRIA	596	1063
COMÉRCIO	523	858
SERVIÇOS	721	1042
CONSTRUÇÃO CIVIL	(2) -	755
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	275	(2) -

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese.

(1) Inflator utilizado: ICV do Dieese. Valores em reais de novembro de 1996.

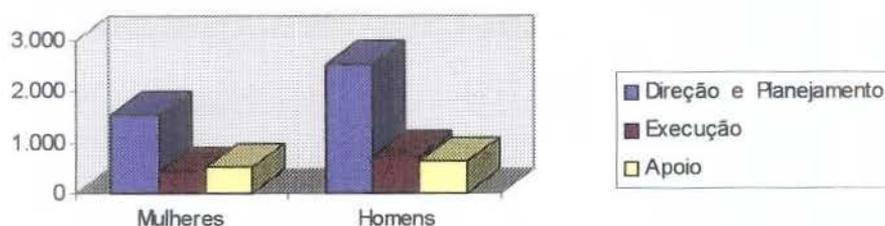
(2) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Gráfico II.2: Distribuição dos Trabalhadores segundo Rendimento Mensal - Brasil, 1990.



Conforme a tabela II.4 e o gráfico II.3, as remunerações mais privilegiadas situam-se entre os qualificados de nível superior, com carteira assinada, do sexo masculino. Observam-se, em quase todas as categorias ocupacionais, remunerações médias consideravelmente superiores para os homens: as diferenças mais significativas encontram-se entre os dirigentes, em cerca de 40%; e, na área de produção, entre os qualificados de nível técnico (150%), os qualificados de nível superior (88%) e os semiquualificados de menores qualificações (50%). Este percentual se eleva entre os que trabalham com registro em carteira. Na área administrativa, as dispersões são menores. A situação mais privilegiada das mulheres encontra-se apenas na categoria de semi-qualificados com atribuições de chefia da produção e entre as qualificadas de nível técnico de escolaridade, sem carteira assinada, na área burocrática e de escritório (Kon, 1994; Branco, 1997).

Gráfico II.3: Rendimento Real (1) Médio do Trabalho Principal, por Sexo, Segundo Grupo Ocupacional - RMSP, 1996.



Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese.
(1) Inflator utilizado: ICV do Dieese. Valores reais de novembro de 1996.

Tabela II.4 - Rendimentos Médios dos Assalariados, segundo as Categorias Ocupacionais na RMSP - 1989.

Categorias Ocupacionais	TOTAL		com carteira assinada		sem carteira assinada	
	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER
Dirigentes (1)	16	10	17	10	9	11
PRODUÇÃO	11	5	12	5	6	4
Qualificados 1 (2)	15	9	16	11	14	7
Qualificados 2 (3)	4	3	5	3	3	2
Semiquualificados 2 (5)	6	6	5	5	6	8
Não-qualificados	3	2	3	2	2	1
ADMINISTRAÇÃO						
Qualificados 1 (2)	10	8	10	9	9	3
Qualificados 2 (3)	15	15	16	15	11	14
Semiquualificados 1 (4)	5	4	5	4	5	3
Semiquualificados 2 (5)	6	5	6	5	5	4
Não-qualificados	3	2	3	2	3	2

Fonte: IBGE - PNAD 1989. IN: KON (1989).

(1) Excluem os proprietários

(2) Com nível técnico de escolaridade

(3) Com nível superior de escolaridade

(4) Com menores qualificações, sem atribuições de chefia

(5) Com maiores qualificações e atribuições de chefia.

Um outro fator que poderia explicar esta oferta seria a *política tributária*, que em alguns países traduzem-se em incentivos fiscais para a crescente participação feminina. Em certos países tivemos também a adoção de políticas familiares de cunho acentuadamente conservador - de apoio ao trabalho da mulher no lar - dificultando o esforço de integração das atividades dentro e fora de casa. No caso brasileiro, o Estado tem um papel na oferta de trabalho feminino que está relacionado com o desenvolvimento de leis que protegem a gestante quanto à dispensa e fornecem um período de quatro meses remunerados para a trabalhadora que acabou de ter filhos.

A *necessidade econômica* acabou reforçando, entretanto, a manifestação dessa tendência de maior participação feminina, conforme apresenta Leone na pesquisa anterior àquela a qual este trabalho remete. O trabalho da mulher, segundo ela, contribui para aumentar a renda familiar *per capita*, ajudando, portanto, atenuar ou eliminar a incidência da pobreza na família. De fato, conforme constata aquela pesquisa, o trabalho da mulher teve um papel muito maior como contribuição para evitar o empobrecimento das famílias não pobres, que o de arrancar famílias da situação de pobreza absoluta. O *nível sócio-econômico das famílias*, portanto, condiciona fortemente a participação da mulher no mercado de trabalho (Leone, 1996).

O grau de instrução desempenha um papel fundamental na atividade econômica da mulher conforme vários autores (Leone, 1996; Bruschini, 1994; Bruschini, 1996; Kon, 1994, Branco, 1997). As mulheres mais escolarizadas passaram a se inserir mais intensamente, e, provavelmente de uma forma mais favorecida, no mercado de trabalho. Estes aspectos estão apresentados na tabela II.5 que segue.

Tabela II.5: Evolução das Taxas de Participação Feminina, Segundo Grau de Instrução - RMSP

GRAU DE INSTRUÇÃO	1989	1996
TOTAL	46,1	50,2
Analfabetos ou 1º grau incompleto	37,5	38,0
1º grau completo ou 2º grau incompleto	57,0	58,0
2º grau completo ou 3º grau incompleto	66,8	69,3
3º grau completo	81,1	80,7

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese.

Podemos relacionar uma série de outros fatores que influem e forma fundamental na decisão da mulher de ingressar ou não no mercado de trabalho. São fatores como: - o *tamanho da oferta de empregos de meio período*, geralmente preferidos principalmente pelas mulheres com filhos; - o *tamanho do setor público*, que em geral agrega muitas mulheres, talvez pela garantia de salário compatível e de entrada através de concursos, eliminando portanto possíveis preconceitos; - *atitude dos sindicatos*, visando garantir a paridade salarial; - *representatividade política* forte ou fraca das mulheres, que estimulem o emprego feminino; - *existência de abrigos para crianças nos empregos*, fundamental para a maioria das candidatas com filhos; - *a religião*; - a existência de *partidos políticos* interessados em diminuir a desigualdade social; etc (Schmidt, 1995; Bruschini, 1994).

Há, entretanto, conforme coloca Leone, “uma interação complexa nessa enorme variedade de fatores, o que dificulta a identificação daqueles que mais teriam contribuído na decisão da mulher de participar no mercado de trabalho. Com certeza, em algumas famílias, a mulher foi motivada por um desejo de autonomia e afirmação profissional fora do lar (Lavinias, 1994). Em outras situações, ambos os impulsos - desejo de autonomia e necessidade econômica - podem ter atuado conjuntamente. E, numa terceira possibilidade, o rebaixamento da renda da família forçou a mulher a ingressar no mercado, mas o prolongamento das condições econômicas desfavoráveis tornou seu trabalho permanente e, junto a desincumbência do cuidado dos filhos, contribuiu para modificar seus valores, levando-a a uma busca de autonomia que não possuía anteriormente” (Leone, 1996).

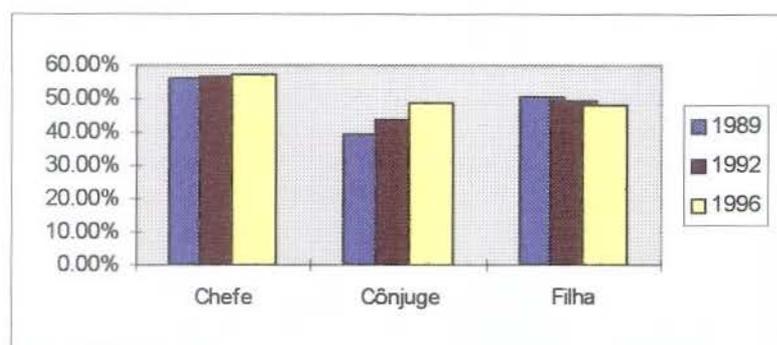
Embora os anos 80, conforme já mencionado, tenha sido favorável ao mercado feminino, principalmente por causa da forte terciarização da economia e da nova constituição, parece que nos anos 90, o enxugamento da máquina estatal irá restringir a participação da mulher no trabalho formal, além disso, ter-se-á um aumento da informatização que deverá reduzir o emprego na área administrativa.

Por último, o intenso processo de terciarização da economia, traz consigo a subcontratação e assalariamento sem carteira, mas, por outro lado, gerando a possibilidade de se exercer as atividades em horários mais flexíveis.

Com relação à RMSP, houve um aumento expressivo da taxa de participação feminina de 35,9% em 1981 para 40,5% em 1990, que reflete basicamente a maior participação das chefes e cônjuges na força de trabalho. Isso sugere que as esposas e mães passaram a se inserir no mercado de trabalho com conseqüências nem sempre favoráveis dentro da família, já que na sua maioria são obrigadas a conciliar suas atividades domésticas e de cuidado dos filhos com as atividades profissionais, o que, provavelmente, tem conseqüências sobre o tipo de ocupação e a qualidade desta inserção (Leone, 1996). O gráfico II.3 a seguir, demonstra estas colocações.

O tamanho da família não impediu o aumento da participação das mulheres dos diferentes tipos de família. Entretanto, o tamanho das famílias tem diminuído, ajudando na maior inserção da mulher na atividade econômica (Leone, 1996).

Gráfico II.3 : Evolução da Taxa de Participação das Mulheres, Segundo Posição no Domicílio - RMSP



Fonte: SEP, Convênio Seade - Dieese

Capítulo 3: Inserção da mão-de-obra feminina segundo a tipologia das ocupações, os grupos ocupacionais e os setores de atividade .

Neste capítulo estaremos preocupados em perceber quais foram as modificações ocorridas na expansão do emprego feminino nos últimos anos.

Interessa investigar se a mulher conseguiu, através da expansão no emprego feminino observada nos últimos anos e discutidas no capítulo anterior, penetrar em ocupações que antes eram “reservadas” para os homens, ou ainda, onde antes se observava uma predominância masculina significativa.

Para tanto, foi desenvolvida para a pesquisa uma tipologia onde é feito o cruzamento dos diversos setores de atividade e das várias ocupações, segundo o peso de cada gênero. A classificação proposta compreende os seguintes quatro agrupamentos:

- Ocupações tipicamente femininas: todas as ocupações em que mais de 80% das pessoas ocupadas são mulheres;
- Ocupações predominantemente femininas: todas as ocupações em que de 50% a 80% das pessoas ocupadas são mulheres;

- Ocupações predominantemente masculinas: todas as ocupação em que de 50% a 80% dos ocupados são homens;
- Ocupações tipicamente masculinas: todas as ocupações em que mais de 80% das pessoas ocupadas são homens.

Interessa neste capítulo, utilizar a tipologia para examinar as modificações que ocorreram nas ocupações das mulheres entre 1989 e 1995. Em particular, deseja-se saber se aumentou a presença de mulheres nas ocupações mistas e em que medida elas conseguiram entrar com maior força em territórios ocupacionais quase que exclusivamente masculinos. Será verificado o peso dessa extensão do trabalho da mulher na direção de ocupações não tipicamente femininas com relação ao total das ocupações da mulher ².

As ocupações foram também alocadas dentro de cinco grupos ocupacionais, quais sejam:

- Ocupações de proprietários, administradores, magistrados e afins;
- Ocupações científicas e de profissionais liberais;
- Ocupações de execução e manutenção e de apoio em serviços gerais;
- Ocupações de apoio administrativo e de escritório; e
- Ocupações mal definidas.

² Para dados relativos a todas as ocupações das PNADs, vide anexo 1.

A partir desta classificação, procurar-se-á modificações qualitativas na forma de inserção da mulher entre estes dois anos. Interessa saber se as mulheres estão mais inseridas naqueles grupos ocupacionais que são tradicionalmente predominantemente ou tipicamente masculinos.

Foi feito um agrupamento dos ramos de atividade em vinte e nove grupos, que se dividiram entre dez setores de atividade, de acordo com afinidades entre as ocupações ³. O quadro III.1 apresenta esta classificação.

Em relação ao período escolhido para a pesquisa, qual seja 1989 e 1995, no geral, podemos dizer que o ano de 1995, comparativamente ao de 1989, caracterizou-se por uma notável estabilidade, grande abertura comercial, repercutindo em aumento do emprego informal e do processo de terceirização.

A taxa de participação na RMSP, mostrou que em 1989, 56,9% da população em idade ativa estava inserida entre os economicamente ativos. Cerca de 75,0% dos homens em idade ativa estavam inseridos na PEA neste ano, enquanto que apenas 40,0% da mulheres em idade ativa se encontravam nesta situação.

³ Para obter a classificação das ocupações nos diversos setores, vide anexo 2.

Quadro III.1 - Agrupamento dos ramos de atividade nos diversos setores de atividade.

Setor de Atividade		Ramo de atividade
Agrícola	1	Agrícola
Indústria de Transformação	2	Ind. Metalúrgica, mecânica de mat. eletr. e de transporte
	3	Produtos de minerais não metálicos e madeira
	4	Mobiliário e artigos de palha
	5	Papel e papelão, borracha, couros, peles e plásticos
	6	Quím., petróleo, farmacêut., veterin., perfum., sabão e velas
	7	Têxtil, vestuário e calçado
	8	Produtos alimentares, bebidas e fumo
	9	Editorial e gráfica
	10	Outros Produtos
	Indústria de Construção	11
Outras Atividades Industriais	12	Extração Mineral
	13	Serviço de Utilidade Pública
Comércio de Mercadorias	14	Comércio de Mercadorias
Transporte e Comunicação	15	Transporte
	16	Comunicação
Prestação de Serviços	17	Alojamento e alimentação
	18	Reparação
	19	Serviços Pessoais
	20	Serviços domiciliários
	21	Empregada doméstica
	22	Divertimentos
	23	Serviços auxiliares
Social	24	Serviço Médico odontológico e veterinário
	25	Ensino
	26	Outras Atividades Sociais
Administração Pública	27	Governo
Outras Atividades	28	Entidades Financeiras
	29	Outras Atividades

Entre 1989 e 1995, a taxa de participação total para a RMSP subiu de 56,9% para 58,4%. No entanto esta taxa, no que se refere ao gênero masculino, apresentou uma queda, passando de 75% em 1989 para 72,8% em 1995. Estes dados sugerem um aumento na participação feminina, o que de fato ocorreu, uma vez que sua taxa de participação passou de 40,0% em 1989 para 45,2% em 1995, segundo os dados da PNAD. Esta evolução é apresentada no Tabela III.1

Tabela III.1 - Evolução de diferentes taxas de participação entre 1989 e 1995, na RMSP.

	1989			1995		
	PIA	PEA	Tx Partic.	PIA	PEA	Tx Partic.
Total	13613809	7748777	0,569	13516651	7890428	0,584
Homens	6569513	4927942	0,750	6433283	4697010	0,728
Mulheres	7044296	2820835	0,400	7083368	3203418	0,452

Fonte: PNADs 1989 e 1995

A tabela III.2 ilustra as modificações apresentadas na distribuição dos ocupados e na proporção de mulheres ocupadas na RMSP, durante o período analisado, considerando os grupos ocupacionais.

A partir de sua análise, pode-se perceber que houve um aumento importante na participação das mulheres no total de pessoas ocupadas entre 1989 e 1995. Assim, enquanto em 1989 elas representavam 36,5%

do total de pessoas ocupadas, em 1995 passaram a representar 40% deste total, o que confirma os dados apresentados para a evolução da taxa de participação neste período.

A tabela também mostra que este aumento no total de mulheres ocupadas foi impulsionado, principalmente, pelo aumento na participação de mulheres no grupo ocupacional que comporta as ocupações de execução e manutenção e apoio e serviços gerais. Assim, em 1989, 69,3% do total de mulheres encontrava-se neste grupo, enquanto que em 1995 este percentual passou a ser de 76,7%. A proporção de mulheres no total de pessoas ocupadas deste grupo ocupacional também aumentou, passando de 35,3% no ano de 1989, para 40,5% em 1995. É importante perceber que este é o grupo mais expressivo no que diz respeito ao total de ocupados uma vez que abrangia, em 1989, 71,8% do total de ocupados. Em 1995, este grupo tornou-se ainda mais expressivo, passando a alocar 75,7% do total de ocupados. Grande parte deste aumento na participação do total de ocupados no grupo de ocupações de execução e manutenção e de apoio e serviços gerais foi impulsionado pela maior participação feminina, que em 1995 já representava, conforme já foi colocado, cerca de 40,5% do total de ocupados neste setor.

Houve uma diminuição significativa na participação da mulher em ocupações de apoio administrativo e escritório, passando de 14,9% em 1989 para 9,5% em 1995. Esta diminuição, entretanto, não foi fruto de uma queda na proporção do total de mulheres que se encontram ocupadas neste grupo ocupacional, uma vez que este se manteve praticamente constante (53,5% em 1989 e 53,1% em 1995), mas sim de uma queda na importância deste grupo ocupacional em relação aos demais. Este grupo teve sua participação no total de ocupados reduzida de 10,2% para 7,2% no período.

Outro grupo ocupacional que teve sua participação diminuída no total de ocupados entre 1989 e 1995 foi aquele que engloba as ocupações de proprietários, administradores, magistrados e afins. Durante o período, ela passou de 10,6% para 9,5%. A percentagem de mulheres do total das ocupadas que se encontra alocada neste grupo ocupacional caiu de 8,4% em 1989 para 6,6% em 1995. Também a proporção de mulheres no total de ocupados neste grupo sofreu um pequeno decréscimo (de 29% em 1989 para 28% em 1995).

O grupo ocupacional que comporta ocupações científicas e profissionais liberais, embora pouco expressivo no que tange ao total de ocupados, uma vez que envolve apenas uma pequena parte sua (3,9%

em 1989 e 4,6% em 1995), sofreu um aumento na proporção de mulheres em seu total de ocupados, que passou de 38,5% do total em 1989 para 40,2% em 1995. Isto foi reflexo de um aumento na participação do total de mulheres aí ocupadas, que passou de 4,1% para 4,6% deste total entre 1989 e 1995.

Tabela III.2- Distribuição dos ocupados e proporção de mulheres ocupadas segundo grupo ocupacionais. RMSP: 1989 e 1995.

Grupos ocupacionais	1989			1995		
	% mulheres	Dist. Mulheres. Ocupadas	Dist. Total ocupados	% mulheres	Dist. Mulheres. Ocupadas	Dist. Total ocupados
Propriet, administrad, magistrados e afins	29,0	8,4	10,6	28,0	6,6	9,5
Ocup. Cientificas e profissionais liberais	38,5	4,1	3,9	40,2	4,6	4,6
Ocup. de exec. e man. e de apoio e serv. gerais	35,3	69,3	71,8	40,5	76,7	75,7
Ocup. de apoio admin. e escritório	53,5	14,9	10,2	53,1	9,5	7,2
Ocupações mal definidas	34,1	3,3	3,5	33,5	2,5	2,9
TOTAL	36,5	100,0	100,0	40,0	100,0	100,0

fonte: PNADS 1989 e 1995.

Na tabela III.3, temos a distribuição dos ocupados e a proporção de mulheres ocupadas segundo setores de atividades, na RMSP, entre 1989 e 1995.

Nesta tabela, é importante perceber que houve algumas modificações na distribuição do total de ocupados entre os anos de 1989 e 1995. Os setores que tiveram sua participação mais reduzidas foram: Indústria metal-mecânica, de material elétrico e de

transporte, que diminuíram sua participação em 3,3% (passando de 13,5% em 1989 para 10,2% em 1995), seguido dos setores: Têxtil, vestuário e calçados, que caiu 2,3% (passando de 5,5% em 1989 para 3,2% em 1995); Entidades financeiras, que sofreu queda de 1,6%, (passando de 5,3% para 3,7% no período) e o de Papel e papelão, borracha, couros, peles e plásticos, que caiu 1,3% (e passou de 2,9% em 1989 para 1,6% em 1995). Os setores que mais aumentaram sua participação neste período foram, principalmente, os de comércio de mercadorias, com um aumento de 2,8% entre 1989 e 1995 (de 13,4% para 16,2%); de empregados domésticos, que aumentou 1,7% sua participação (de 5,4% para 7,1%) e o setor de serviços pessoais, que aumentou 1,4% no período (de 2,4% para 3,8%).

Um fato interessante é que a distribuição de mulheres ocupadas nos diversos setores de atividade foi mais intensamente modificada justamente naqueles setores em que se observaram as modificações mais significativas para o total dos ocupados (observados anteriormente), o que demonstra que a distribuição das mulheres seguiu praticamente a tendência da distribuição do total no que tange aos ocupados entre os anos de 1989 e 1995.

Esta tabela também permite verificar quais foram aqueles setores onde aumentou a participação das mulheres de modo mais significativo, contribuindo desta forma para o já citado aumento na participação das mulheres no total de ocupados (que, conforme já foi visto, passou de 36,5% em 1989 para 40,0% em 1995). Esses setores foram: Agrícola (de 20,5% para 31,3%); Produtos alimentares, bebidas e fumo (de 28,0% para 39,5%); Editorial e gráfica (de 20,9% para 27,3%); Serviços de utilidade pública (de 16,9% para 27,0%); Comércio de mercadorias (de 33,8% para 41,7); Serviços pessoais (de 70,2% para 80,9%); Divertimentos (de 26,1% para 33,3%); Serviços auxiliares da atividade econômica (de 34,7% para 40,7%); Governo (de 32,6% para 38,9%). Alguns desses setores sofreram inclusive redução na sua participação total, como foi o caso dos setores : Produtos alimentares, bebidas e fumo; Editorial e gráfica; e Serviço de utilidade pública, entre outros.

Tabela III.3 - Distribuição dos ocupados e proporção de mulheres ocupadas segundo setores de atividade - RMSP: 1989 e 1995.

SETOR DE ATIVIDADE	1989			1995		
	porcent. Mulheres	distrib. Mulheres ocup.	Distrib. Total ocup.	Porcent. mulheres	distrib. Mulheres ocup.	distrib. Total ocup.
Agrícola	20,5	0,3	0,6	31,3	1,0	1,3
Ind. Metal- mecânica de mat. elet. e transp.	18,7	6,9	13,5	17,5	4,4	10,2
Prod. minerais não metal. e de madeira	19,6	0,8	1,5	11,4	0,3	1,2
Mobiliário e artigos de palha	9,9	0,5	1,7	8,6	0,2	1,1
Papel, papelão, borrac., couro, peles, plást.	28,9	2,3	2,9	29,1	1,2	1,6
Petróquim, farm, vet, perfum, sabão, velas	32,3	2,0	2,2	25,8	1,0	1,5
Têxtil, vestuário e calçado	58,6	8,8	5,5	56,9	4,5	3,2
Produtos alimentares, bebidas e fumo	28,0	1,8	2,3	39,5	2,2	2,2
Editorial e gráfica	20,9	1,0	1,8	27,3	1,0	1,5
Outros produtos	42,4	1,5	1,3	45,8	1,1	1,0
Indústria da construção	2,6	0,4	5,3	3,9	0,6	6,2
Extração Mineral	---	---	0,2	---	---	0,1
Serviço de utilidade pública	16,9	0,4	0,8	27,0	0,5	0,7
Comércio de mercadorias	33,8	12,4	13,4	41,7	16,9	16,2
Transporte	8,1	1,0	4,4	7,0	0,8	4,8
Comunicação	45,5	0,6	0,5	32,2	0,5	0,7
Alojamento e alimentação	39,0	4,4	4,1	43,7	5,3	4,9
Reparação	3,6	0,3	3,5	4,8	0,5	3,8
Serviços pessoais	70,2	4,5	2,4	80,9	7,7	3,8
Serviços domiciliares	34,5	1,9	2,0	26,2	1,9	3,0
Empregada doméstica	94,6	13,9	5,4	93,3	16,5	7,1
Divertimentos	26,1	0,5	0,6	33,3	0,5	0,7
Serv. Aux. de ativ. econômica	34,7	5,6	5,9	40,7	6,5	6,4
Serviço Médico odontológico e veterinário	70,8	6,8	3,5	72,5	6,5	3,6
Ensino	78,2	9,9	4,6	77,7	8,6	4,4
Outras atividades sociais	65,1	2,6	1,5	57,9	2,4	1,7
Governo	32,6	2,8	3,2	38,9	3,3	3,4
Entidades Financeiras	41,4	6,0	5,3	39,4	3,7	3,7
Outras atividades	33,3	0,2	0,2	30,8	0,1	0,1
TOTAL	36,5	100,0	100,0	40,0	100,0	100,0

Fonte: PNADs 1989 e 1995.

A Tabela III.3 mostra que os principais setores onde se verificou uma redução mais significativa na proporção de mulheres entre os ocupados, foram: Produtos minerais não metálicos e madeira; Química, petróleo, farmacêutico, veterinário, perfumaria,

sabão e velas; Comunicação; Serviços domiciliares; e Outras atividades sociais.

A Tabela III.4, apresenta a distribuição dos ocupados e proporção de mulheres ocupadas, segundo a tipologia das ocupações, na RMS, em 1989 e 1995.

Esta tabela permite constatar que do total de ocupados na RMSP em 1989, a maior parte se encontra alocada em ocupações tipicamente masculinas (35,5%). Esta situação não se altera em 1995, embora o percentual tenha diminuído (para 34,7%). O importante aqui é notar que este decréscimo ocorreu principalmente em função do aumento nas ocupações tipicamente femininas, que aumentaram em 1995, 2,4% em relação a 1989. Também as ocupações predominantemente femininas diminuíram sua participação na ocupação total entre 1989 e 1995, quando variaram de 18,7% para 16,8%. A participação das ocupações predominantemente masculinas na ocupação total permaneceu praticamente constante no período.

Este aumento observado na participação de ocupações tipicamente femininas na absorção do total de pessoas ocupadas deu-se, provavelmente a partir daqueles setores onde a proporção de mulheres em relação ao total de ocupados aumentou mais

significativamente, ou seja, no setor agrícola, no setor produtor de alimentos, bebidas e fumo, nos setores de serviços e comércio de mercadorias de uma forma geral, conforme analisado na Tabela III.3.

Enquanto em 1989 as mulheres ocupadas encontravam-se mais inseridas em ocupações predominantemente femininas que em ocupações predominantemente masculinas, em 1995 esta situação se inverteu. O acréscimo na participação das ocupações predominantemente masculinas na absorção do total de mulheres ocupadas foi de 2,0%, passando de 27,4% para 29,4%. Já o decréscimo na participação das ocupações predominantemente femininas foi mais significativo, tendo alcançado 5,3% (passou de 31,6% em 1989 para 26,3% em 1995). Esta queda mais abrupta foi compensada pelo aumento verificado na participação das ocupações tipicamente femininas, que foi de 36,8% em 1989 e alcançou quase 40,0% em 1995. Por fim, a participação das ocupações tipicamente masculinas na ocupação total de mulheres manteve-se praticamente constante, tendo crescido muito pouco no período.

Assim, os dados parecem mostrar que está havendo uma mudança no perfil das ocupações femininas, na medida em que diminui a participação de ocupações predominantemente femininas de

ocupações predominantemente femininas e aumentam as das ocupações predominantemente masculinas, e tipicamente femininas.

A partir da tabela III.4 podemos também perceber que a proporção de mulheres cresceu em todos os tipos de ocupações, tendo sido mais significativo seu crescimento nas ocupações predominantemente masculinas, onde passou de 31,9% do total de ocupados em 1989, para 37,3% deste total em 1995. As demais proporções tiveram um pequeno aumento (0,8% as tipicamente masculinas, 0,6% as predominantemente femininas e 1,3% as tipicamente femininas). Foi principalmente nas ocupações predominantemente masculinas e tipicamente femininas que se alocou esse novo contingente de mulheres que aumentou a participação feminina no total da PEA de 36,5% em 1989 para 40,0% em 1995.

Tabela III.4 - Distribuição dos ocupados e proporção de mulheres ocupadas segundo a tipologia das ocupações. RMSP: 1989 e 1995.

Tipologia das ocupações	1989			1995		
	Porcentag. de mulher	Dist. mulh. ocupadas	Dist. total de ocupad.	Porcentag. de mulher	Dist. mulh. Ocupadas	Dist. total de ocupad.
Tip. Masculina	4,3	4,2	35,5	5,1	4,4	34,7
Pred. Masculina	31,9	27,4	31,4	37,3	29,4	31,6
Pred. Feminina	61,5	31,6	18,7	62,1	26,3	16,9
Tip. Femina	93,3	36,8	14,4	94,6	39,9	16,8
TOTAL	36,5	100,0	100,0	40,0	100,0	100,0

fonte: PNADs 1989 e 1995.

A tabela III.5, mostra a distribuição de mulheres ocupadas em cada grupo ocupacional segundo a tipologia das ocupações, na RMSP, entre 1989 e 1995.

Segundo esta tabela, em 1989, havia menos de 1% das mulheres alocadas no grupo ocupacional de proprietários, magistrados e afins inseridas em ocupações tipicamente masculinas. Em 1995, este percentual subiu significativamente, atingindo 10,0%⁴.

Também verificou-se aumento significativo do percentual de mulheres deste grupo em ocupações predominantemente masculinas, uma vez que seu percentual variou de 69,5% em 1989, para 78,3% em 1995. Ambos os aumentos ocorreram em função da queda expressiva na participação destas mulheres em ocupações predominantemente femininas, que em 1989 era de 28,7% e passou a apenas 11,7% em 1995. Houve portanto, neste período, um deslocamento das mulheres alocadas neste grupo ocupacional, de ocupações típicas e predominantemente femininas, para ocupações típicas e predominantemente masculinas, demonstrando que, ao menos

⁴ As categorias ocupacionais de Proprietários, administradores, magistrados e afins e ocupações científicas e de profissionais são relativamente pequenas e a amostra pode ser demasiado reduzida para permitir um estudo adequado da distribuição das mulheres em função da tipologia das ocupações. Daí as modificações muito acentuadas dessas distribuições podem estar refletindo esse problema estatístico.

neste grupo ocupacional, as mulheres estão se inserindo em ocupações que eram tradicionalmente masculinas,

No que se refere ao grupo ocupacional que aloca as ocupações científicas e profissionais liberais, a variação mais significativa foi a queda apresentada na participação do total de mulheres do grupo em ocupações predominantemente masculinas, saindo de quase 46,0% deste total em 1989 para 12,5% em 1995 ⁵. Essa queda abrupta foi absorvida principalmente pelas ocupações predominante e tipicamente femininas, que, em 1989 representavam, juntas, 50,5% do total, e passaram a representar em 1995, 74,3% deste. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que houve uma elevação importante também da participação feminina nas ocupações tipicamente masculinas neste grupo em 1995. Assim, enquanto em 1989 estas ocupações representavam apenas 3,7% da participação das mulheres, em 1995 ele passa a representar 13,1%, ou seja, quase 10% mais.

Em relação ao grupo de ocupações de execução e manutenção e de apoio em serviços gerais, seu movimento mais significativo foi

⁵ Em parte, essa redução na proporção de mulheres com ocupações científicas e profissionais liberais, predominantemente masculina entre 1989 e 1995, pode ter correspondido a uma mudança nas próprias ocupações, no sentido de passarem de predominantemente masculinas para predominantemente femininas.

o aumento do nível de mulheres em ocupações predominantemente masculinas que ocorreu em detrimento das ocupações predominantemente femininas. Assim, enquanto as mulheres aumentaram sua participação nas primeiras de 22,0% em 1989 para 25,9% em 1995, nas últimas, tiveram sua participação diminuída de 25,8% para 22,3%. Sendo este o grupo ocupacional mais expressivo em termos de alocação de ocupados, conforme mostra a Tabela III.2, podemos concluir que estas variações representaram movimentos muito significativos, ao contrário do que os números possam parecer apresentar.

Finalmente, nas ocupações de apoio administrativo e escritório, as mulheres estavam mais inseridas em ocupações típica e predominantemente femininas (89,6% do total) em 1989. Este quadro permanece o mesmo embora tenha havido uma queda neste percentual que passou a ser de 85,1%. Em compensação, aumentou a participação de mulheres deste grupo em ocupações predominantemente masculinas, que representavam 7,6% em 1989 e passaram a representar 12,1% em 1995. Assim, embora o peso do total de ocupados neste grupo ocupacional seja baixo, também há aqui, uma tendência de inserção feminina em ocupações

tradicionalmente masculinas, em detrimento das tradicionalmente femininas.

Tabela III.5 - Distribuição das mulheres ocupadas segundo grupos ocupacionais e tipologia das ocupações. RMSP: 1989 e 1995.

	1989					1995				
	Propriet. Admin, magistr. e afins	Oc. Prof. apoio serv. geral	Cient, Lib. e	Ocup. Exec. e Manut.	Ocup. Apoio Adm. e escrit.	Propriet. Admin, magistr. e afins	Oc. Prof. apoio serv. geral	Cient, Lib. e	Ocup. Exec. E Manut.	Ocup. Apoio Adm. E escrit.
TM	0,9	3,7		5,1	2,8	10,0	13,1		4,0	2,7
PM	69,5	45,9		22,0	7,6	78,3	12,5		25,9	12,1
PF	28,7	34,9		25,8	65,9	11,7	53,1		22,3	62,1
TF	0,9	15,6		47,0	23,7	0,0	0,0		47,8	23,0
Total	100,0	100,0		100,0	100,0	100,0	100,0		100,0	100,0

Fonte: PNADs 1989 e 1995.

A tabela III.6 nos mostra a distribuição das ocupações por setores de atividades, segundo a tipologia das ocupações, entre 1989 e 1995, na RMSP.

Segundo esta tabela, para o total de setores de atividade houve uma queda no peso das ocupações predominantemente femininas, que passaram de 18,7% em 1989 para 16,9% em 1995 e também no peso das tipicamente masculinas, que saíram de 35,5% em 1989 para 34,7% em 1995. Em compensação, aumentou no período o peso das ocupações tipicamente femininas (que passaram

de 14,4% para 16,8%). As ocupações predominantemente masculinas permaneceram praticamente constantes no período.

Os setores onde houve queda no peso das ocupações tipicamente masculinas e tipicamente femininas em prol de um aumento no peso das predominantemente masculinas foram o agrícola e o de 'outras atividades'. No setor de alojamento e alimentação, esta queda beneficiou também as ocupações predominantemente femininas, que também tiveram seu peso aumentado.

Nos setores de produtos minerais não metálicos e de madeira; de química, petróleo, farmacêutico, (etc) e de transporte, verifica-se um aumento no peso das ocupações tipicamente masculinas, em detrimento das predominantemente masculinas. Nos setores têxtil, vestuário e calçados e de 'outras atividades sociais', também ocorre um aumento do peso das atividades tipicamente masculinas, só que neste setores as tipicamente femininas também sofrem elevação em seu peso. A contrapartida neste caso é também a queda no peso das ocupações predominantemente masculinas, mas desta vez vindo acompanhada pela queda das ocupações predominantemente femininas.

Em alguns setores como os de produtos alimentares, bebidas e fumo; 'outros produtos da indústria indústria transformação' ; serviços de utilidade pública; divertimentos; serviços auxiliares da atividade econômica e serviço médico, odontológico e veterinário, houve, segundo a tabela III.6, uma queda no peso das ocupações tipicamente masculinas e predominantemente masculinas para dar lugar a um aumento no peso das ocupações típica e predominantemente femininas.

Nos setores de comércio de mercadorias e governo, a tabela permite observar uma queda no peso das ocupações tipicamente masculinas e predominantemente femininas. Ao mesmo tempo, aumentou neste período o peso da participação das ocupações tipicamente femininas e predominantemente masculinas.

Particularmente no setor de serviços domésticos pode ser verificada uma queda na participação das ocupações predominantemente femininas, em prol de todas as demais, principalmente tipicamente e predominantemente masculinas.

Finalmente, as atividades do setor de ensino sofreram, segundo a tabela III.6, uma redução no peso das ocupações tipicamente

feminas, ao mesmo tempo em que, durante o período, aumentou o peso da participação das ocupações predominantemente femininas.

De uma forma geral, os movimentos mais expressivos observados na distribuição da participação da tipologia das ocupações no período entre 1989 e 1995 foram:

- Queda no peso das ocupações predominantemente femininas de 34,1% para 6,8% no setor de entidades financeiras no período;
- Queda no peso das ocupações tipicamente masculinas no setor agrícola, de 34,1% em 1989 para 8,9% em 1995 e concomitante aumento no peso das predominantemente femininas, que passaram de 61,4% para 90,2%;
- aumento no peso das ocupações predominantemente masculinas, passando de 51,8% para 76,5% em 1995 e queda no peso das ocupações tipicamente masculinas de 29,8% para 12,4% no setor de comércio de mercadorias;
- Aumento no peso das ocupações predominantemente masculinas de 12,1% para 37,3% no setor de comunicação e queda no peso das ocupações tipicamente femininas, que passaram de 42,4% para 10,2%;

- Queda no setor de alojamento e alimentação, do peso das ocupações tipicamente masculinas (de 31,7% em 1989 para 8,0% em 1995) e aumento do peso das predominantemente femininas (de 20,7% para 43,5%);
- Aumento no peso das predominantemente masculinas, de 4,8% em 1989 para 33,2% em 1995 e queda no peso das predominantemente femininas de 49,0% para 5,1% no setor de serviços domiciliares;
- Queda no peso das predominantemente femininas de 42,5% para 22,1% no período e aumento no peso das tipicamente masculinas (de 17,9% para 35,2%) e das tipicamente femininas (de 30,2% para 40,0%);

Estas foram as mudanças que chamaram a atenção pela sua magnitude, embora outros setores tenham também apresentado modificações importantes, conforme foi apresentado.

Tabela III.6 - Distribuição dos ocupados por setores de atividade segundo tipologia das ocupações - RMSP: 1989 e 1995.

	1989					1995				
	TM	PM	PF	TF	total	TM	PM	PF	TF	total
Agrícola	34,1	61,4	---	4,5	100,0	8,9	90,2	---	0,9	100,0
Ind. Metal-mecân. De mat. elet. e transp.	74,0	16,3	6,0	3,7	100,0	77,3	10,3	9,7	2,7	100,0
Prod. miner. não met. e de madeira	68,8	23,2	2,7	5,4	100,0	79,0	16,2	---	4,8	100,0
Mobiliário e artigos de palha	88,4	5,0	2,5	4,1	100,0	92,5	5,4	---	2,2	100,0
Papel, borrac., couro, peles, plást.	36,0	52,1	4,7	7,1	100,0	36,9	48,9	4,3	9,9	100,0
Petróquim, farm, vet, perf, sabão, velas	39,1	42,9	8,1	9,9	100,0	53,8	28,8	9,1	8,3	100,0
Têxtil, vestuário e calçado	10,1	34,6	23,7	31,6	100,0	17,5	34,3	6,6	41,6	100,0
Produtos alimentares, bebidas e fumo	37,5	45,8	12,5	4,2	100,0	35,3	33,2	25,8	5,8	100,0
Editorial e gráfica	62,8	28,7	3,1	5,4	100,0	57,6	32,6	4,5	5,3	100,0
Outros produtos	33,7	32,6	14,1	19,6	100,0	26,5	28,9	21,7	22,9	100,0
Indústria da construção	98,4	---	---	1,6	100,0	96,7	1,1	0,6	1,7	100,0
Extração Mineral	100,0	---	---	---	100,0	100,0	---	---	---	100,0
Serviço de utilidade pública	76,3	8,5	6,8	8,5	100,0	68,3	6,3	12,7	12,7	100,0
Comércio de mercadorias	29,8	51,8	15,7	2,7	100,0	12,4	76,5	5,1	6,0	100,0
Transporte	82,8	15,0	---	2,2	100,0	89,1	7,0	2,7	1,2	100,0
Comunicação	45,5	12,1	---	42,4	100,0	39,0	37,3	13,6	10,2	100,0
Alojamento e alimentação	31,7	40,7	20,7	7,0	100,0	8,0	46,1	43,5	2,4	100,0
Reparação	96,4	1,6	---	2,0	100,0	90,7	7,5	0,9	0,9	100,0
Serviços pessoais	12,9	3,5	18,1	85,5	100,0	10,9	3,3	24,3	61,4	100,0
Serviços domiciliares	44,8	4,8	49,0	1,4	100,0	58,2	33,2	5,1	3,5	100,0
Empregada doméstica	1,0	1,8	---	97,2	100,0	3,4	---	---	96,6	100,0
Divertimentos	58,7	21,7	13,0	6,5	100,0	56,1	14,0	17,5	12,3	100,0
Serviços Auxiliares de atividade econômica	39,9	40,6	12,5	7,1	100,0	36,8	29,9	19,1	14,2	100,0
Serviço Médico odont. e veterinário	11,1	18,6	15,0	55,3	100,0	9,7	3,6	27,5	59,2	100,0
Ensino	8,6	6,6	18,5	88,4	100,0	4,4	5,5	33,8	56,2	100,0
Outras atividades sociais	17,9	9,4	42,5	30,2	100,0	35,2	2,8	22,1	40,0	100,0
Governo	50,9	22,6	15,2	11,3	100,0	47,6	13,9	27,0	11,5	100,0
Entidades Financeiras	18,7	41,1	34,1	6,0	100,0	30,5	52,5	6,8	10,2	100,0
Outras atividades	27,8	55,6	---	16,7	100,0	23,1	76,9	---	---	100,0

TOTAL	35,5	31,4	18,7	14,4	100,0	34,7	31,6	16,9	16,8	100,0
-------	------	------	------	------	-------	------	------	------	------	-------

Fonte: PNADS 1989 e 1995

Podemos então concluir que as mulheres aumentaram sua participação na PEA total entre 1989 e 1995, inserindo-se, ao que parece, principalmente, em ocupações de tradição masculina.

A estrutura ocupacional modificou-se entre os anos de 1989 e 1995, como consequência do declínio das ocupações ligadas ao setor industrial e aumento daquelas ligadas ao setor de comércio e prestação de serviços.

A distribuição das mulheres ocupadas também modificou-se, endossando a tese de aumento da participação feminina em atividades tradicionalmente masculinas, uma vez que, conforme visto aumentou tanto no caso das tipicamente masculinas quanto no caso das predominantemente masculinas.

Quanto a participação da mulher na atividade econômica, aqueles setores que mais aumentaram sua participação na ocupação total - comércio, serviços pessoais, empregada doméstica, alojamento e alimentação, serviços auxiliares da atividade econômica e governo -

foram também os que mais absorveram mão-de-obra feminina, permitindo a concretização do aumento da participação da mulher na atividade econômica. Esses seis setores passaram a responder, em 1995, por 56,2% do emprego feminino e mais do que compensaram a menor inserção da mulher e a perda de participação relativa na ocupação total de setores como entidades financeiras e indústrias metal-mecânica e têxtil, que foram responsáveis por 21,7% da ocupação feminina em 1989 e por somente 12,6% em 1995.

A participação das mulheres aumentou não somente naqueles setores, como também nos setores agrícola; serviços de utilidade pública; produtos alimentares, bebidas e fumo; e divertimentos. Em todos estes setores observou-se uma queda no peso das ocupações tipicamente masculinas, alguns com contrapartida das ocupações típica e predominantemente femininas. Houve aumento inclusive dentro de setores que tiveram sua participação diminuída na ocupação total entre estes anos.

No que tange à participação da mulher segundo a tipologia das ocupações, constatou-se que, nos anos considerados, houve um aumento desta em ocupações tipicamente femininas e em ocupações predominantemente masculinas. A queda no peso das ocupações

predominantemente femininas, em relação ao total das ocupações onde as mulheres se encontram inseridas, deveu-se exclusivamente à queda - em relação ao total de ocupados - do número de pessoas que passaram a participar destas ocupações, uma vez que percebe-se um ligeiro aumento no que se refere à proporção de mulheres em relação ao total de homens e mulheres inseridos.

Já o significativo aumento do peso das ocupações tipicamente femininas na ocupação total das mulheres se deve ao simultâneo aumento da importância dessas ocupações em termos da ocupação total e ao aumento da proporção de mulheres no interior dessas ocupações.

Finalmente, o aumento do peso das ocupações predominantemente masculinas deveu-se exclusivamente ao aumento da fração das mulheres nessas ocupações, pois, a importância delas na ocupação total manteve-se praticamente constante.

Os dados parecem indicar, portanto, através da queda na participação das mulheres em ocupações predominantemente femininas e um aumento desta participação nas ocupações predominantemente masculinas, que, as mulheres passaram a

disputar posições com os homens, principalmente naquelas ocupações que antes eram quase que exclusivas deste gênero.

O número de mulheres do total de mulheres ocupadas que estão alocadas no grupo de proprietários, administradores, magistrados e afins que se encontram em ocupações tipicamente masculinas e predominantemente masculinas, passou de cerca de 70% em 1989, para mais de 88% . Vale lembrar que este é um grupo com maioria das ocupações predominantemente masculinas, podendo ser talvez classificado como "território masculino". Este aumento foi ainda mais expressivo se se considera que diminuiu o total de ocupados neste grupo durante este período.

No caso das ocupações científicas, as mulheres se inseriram de forma significativa em ocupações tipicamente masculinas, tendo entretanto, reduzido abruptamente sua participação nas predominantemente masculinas. Este é um grupo que aloca menos de 5% do total de ocupados, mas que teve crescimento importante (relativamente a sua magnitude) no período. Parece que uma parte importante deste crescimento deveu-se à inserção feminina.

Também nas ocupações de execução e manutenção, as mulheres aumentaram sua participação em atividades

predominantemente masculinas. Este aumento deveu-se a uma maior proporção de mulheres (em relação ao total destas) que passaram em 1995 a fazer parte deste grupo ocupacional. Uma vez que este grupo é o mais expressivo em relação ao total de ocupados, estes aumentos foram ainda mais significativos.

Também aumentou a participação feminina em ocupações predominantemente masculinas no grupo de ocupações de apoio administrativo e de escritório, que, por sua vez, sofreu uma redução no seu total de ocupados no período.

Uma vez que se verificou uma queda importante no peso das predominantemente femininas, esta acompanhou a redução no total de ocupados nestas ocupações e também das mulheres ocupadas nestas ocupações.

BIBLIOGRAFIA

1. Baltar, P. & Proni, M. "Sobre o regime de trabalho no Brasil". In: Barbosa de Oliveira, C. & Mattoso, J. (orgs). Crise e Trabalho no Brasil. São Paulo: Scritta, 1996.
2. Branco, P. P. M. "Mulher e trabalho". São Paulo, SEADE & CIDA, 1997. (mimeo)
3. Bruschini, C., Lombardi, M. R. "O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa". ANAIS do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu (MG). ABEP, 1996.
4. Bruschini, C. "Desigualdades de Gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos oitenta". In: o Trabalho no Limiar do Século XXI. Reynaldo Fernandes (org). 1994.
5. Costa, L. B. "Absorção diferencial da mulher no mercado de trabalho". ANAIS do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu (MG). ABEP, 1996.
6. Dedecca, C. S. "Brasil e México: racionalização econômica e emprego". Cadernos do CESIT nº 23, Campinas, SP: Unicamp. IE. CESIT, 1997.
7. Faria, V. "Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações". In: Bacha, E & Klein, J. (orgs.). A transição incompleta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
8. Hirata, H. e Humphrey, J. "O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira". Revista de Economia Política, nº 16, vol. 4 (4), p. 89-107, out./dez., 1984.
9. Kon, A.. "Perfil ocupacional dos assalariados paulistas". Revista São Paulo em Perspectiva, Nº 2, vol. 8, p. 101-108. Fundação SEADE, 1994
10. Lavinas, L. e Barsted, L. L. "Mudanças na sociedade salarial, regulamentação e emprego feminino". ANAIS do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu (MG). ABEP, 1996.

11. Leone, E. T. "Trabalho da mulher e renda familiar na região metropolitana de São Paulo". ANAIS do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu (MG). ABEP, 1996.
- 12.-----, "Empobrecimento da população e inserção da mulher no mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo na década de 1980". In: Barbosa de Oliveira, C. & Matoso, J. (orgs.) Crise e Trabalho no Brasil. São Paulo: Scritta, 1996.
13. Lima, R. A. "Participação das mulheres casadas no mercado de trabalho: um estudo com base nos microdados das PNADs". Revista Nova Economia, v.7, n.1, Belo Horizonte, 1997.
14. Matoso, Jorge Eduardo L., Baltar, Paulo Eduardo de A.. "Transformações estruturais e emprego nos anos 90". Cadernos do CESIT nº 21, Campinas, SP: Unicamp. IE. CESIT, 1996.
15. Pacheco, C. A.. "Transformações do mercado de trabalho brasileiro entre 1980 e 1995 e perspectivas futuras". Unicamp. Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia. IE, 1996.
16. Sabóia, J. "Mercado de trabalho no Brasil - evolução e tendências recentes". ANAIS do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, Vol.3, 1995.
17. Schmidt, M. G. "Estudo comparativo da taxa de participação ocupacional de homens e mulheres nos países industrializados". In: Seminário Mulher IPEA, NEPP, ... (org), 1995.

ANEXO 1: OCUPAÇÕES

(PNAD- OCUPAÇÃO NA SEMANA DE REFERÊNCIA - ANO DE 1989)

- 1 - AGRICULTOR
- 2 - CRIADOR BOVINO
- 3 - AVICULTOR
- 4 - CRIADOR DIVERSOS
- 5 - PROP.AGROP.S/ESP
- 6 - EMP.EXT.VEG.PESC
- 7 - EMP. EXTR. MINER
- 8 - EMP. IND. TRANSF
- 9 - EMP. CONSTR. CIV
- 10 - COMERCIANTE
- 11 - HOTEL DON PENSÃO
- 12 - EMPRES TRANSPORT
- 13 - OUTROS PROPRIET
- 20 - MINISTRO ETC
- 21 - DIRETOR ASSESSOR
- 30 - ADM. AGROPEC.
- 31 - ADM.EXT.VEG.PESCA
- 32 - ADM.EXT. MINERAL
- 33 - ADM.IND.TRANSF.
- 34 - ADM.CONSTR.CIVIL
- 35 - ADM.COM.MERCAD.
- 36 - ADM. HOTEIS
- 37 - ADM. TRANSPORTES
- 38 - ADM. FINANCEIRAS
- 39 - OUTROS ADMINISTR
- 40 - ENCARREGADO ADMI
- 50 - FISCAIS TRIBUTOS
- 51 - INSPET. TRABALHO
- 52 - ASSIST. ADMINIST

VARI	NOME	DESDE TAM CODI S F C CATEG RENO TE
\472	- CALCSIROS/CAMIS	
\473	- MODELISTAS CORT	
\474	- BORDADEIRAS CERZ	
\475	- CHAPELEIRO PALHA	
\476	- CHAPEL. EXC PALH	
\477	- SAPATEIROS	
\478	- TRAB FABR SAPATO	
\479	- BOLSEIRO CINTEIR	
\481	- MARCENEIRO	
\482	- CARPINTEIRO	
\483	- TANOEIROS	
\484	- OPER MAQ MARCEN	
\485	- SERRADORES	
\486	- PREP COMPENSADO	
\487	- ESTOFADOR CAPOT	
\488	- COLCHOEIROS	
\489	- LUSTRADOR MADEIR	
\490	- CESTEIRO E ESTEI	
\491	- MONT EQ ELETRICO	
\492	- MONT EQ ELETRONI	
\493	- REP EQUIPAMENTOS	
\494	- MONTAD RADIO/TV	
\495	- REPAR RADIO/TV	
\496	- ELETRIC INSTAL	
\497	- INST REP EQ TELE	
\498	- INST REP LIN ELE	
\499	- OP INST ENERG EL	
\511	- ARMADOR CONCRETO	
\512	- PEDREIROS	
\513	- SERV PEDREIRO	
\514	- PINTOR CAIADOR	
\515	- ESTUCADORES	
\516	- LADRILHEIRO TAQ	
\517	- ENCANADORES	
\518	- VIDRACEIRO	
\519	- CALCETEIRO ASFAL	
\520	- CALAFATES	
\521	- OP MAQ CONST CIV	
\531	- LING SALSICHEIRO	
\532	- CHARQUEADORES	
\533	- MAGAREFES	
\534	- OCUP IND LATICIN	
\535	- DOCEIROS CONFEIT	
\536	- MACARRONEIRO PAS	
\537	- PADEIROS	
\538	- FARINHEIRO MOLEI	
\539	- OCUP IND ACUCAR	
\540	- OCUP IND BEBIDAS	
\541	- OCUP IND CAFE	
\542	- OCUP IND PESCADO	
\543	- OCUP IND CHA ETC	
\544	- OCUP IND OLEAGIN	

VARI	NOME	DESDE TAM CODI S F C CATEG RENO TE
546	COMPRADORES	
711	AVIADOR CIVIL	
712	COMISS DE BORDO	
721	OFIC MARIN MERC	
722	MESTRES DE EMBAR	
723	MAQ DE EMBARC.	
724	FOGUISTA EMBARC.	
725	MARINHEIRO CIVIL	
726	TAIFEIROS	
727	BARQUEIROS CANOE	
731	GUINDASTEIROS	
732	ESTIVADORES	
741	AG ESTR DE FERRO	
742	CONDUT CHEF TREM	
743	MAQUINISTA TREM	
744	FOGUISTAS TREM	
745	GUARDA-FREIOS	
746	MANOBREIRO SINAL	
751	MOTORISTAS	
752	TROCADORES	
753	CARROCEIRO TROP	
761	INSP DESP TRANSP	
762	TRAB CONS FERROV	
771	AG POSTAL E TELE	
772	POSTALISTAS	
773	TELEGR. RADIOTEL	
774	TELEFONISTAS	
775	CARTEIROS	
776	GUARDA-FIOS	
801	PROPRIETARIOS	
805	EMPREG DOMESTICO	
811	HOTEL DON PENSÃO	
812	CAMAREIROS	
813	COZINHEIROS	
814	GARÇONS	
815	ATENDENTE BAR	
821	CABELEIREIROS	
822	BARBEIROS	
823	MAQUILADORES ETC	
824	MANICURO E PEDIC	
825	LAVADEIRA PASSAD	
826	ENGRAXATES	
831	JOGADOR DE FUTEB	
832	LUTADOR/ATLETA	
833	JUIZ DE ESPORTES	
834	TECNICO ESPORTES	
841	PORTEIROS	
842	ASCENSORISTAS	
843	VIGIAS	
844	SERVENTES	
845	CONTINUOS	
851	OFIC FORÇAS ARM	

ANEXO 1: OCUPAÇÕES

PNAD- OCUPAÇÃO NA SEMANA DE REFERÊNCIA - ANO DE 1995)

1 empregado agrícola
2 empregador agrícola
3 criador peq. animais
4 criador animais
5 fazendeiro pecuarista
6 prop. indústria vegetal
7 prop. indústria extrativa
8 empregador indústria
9 empregador - construtor
0 empregador - comércio
1 empregador - hotelaria
2 empregador - transporte
3 vendedor ambulante
5 provedor serviços
0 diplomata político
1 dirigente adm pública
0 dirigente agricultura
1 dirig extração vegetal
2 dirig extração mineral
3 dirig indústria transform
4 dirig constr. civil
5 dirig comércio
6 dirig serviços hotelaria
7 dirig serviços transporte
8 dirig instit. financeiras
9 dirig inst ensino
0 chefias e assistentes
0 agentes fiscais
1 inspetores
2 assistentes administr
3 ajudantes auxiliares
4 almoxarifes
5 conferente despachador
6 datilógrafo ajudante
7 operador telecomunic
8 operador proc. dados
9 secretário taquígrafo
0 ajudante contabilidade
1 operador de copiadora
2 arquivista
3 atendentes de serviços
4 ajudante administrativo
1 engenheiro
2 arquiteto
3 agrimensor engenheiro

04 carógrafo
11 desenhista
12 agrimensor
13 topógrafo
21 químico
22 farmacêutico
23 físico
24 geólogo
25 meteorologista ocean.
31 laboratorista
32 farmacêutico prático
33 técnico meteorologista
41 agrônomo
42 biólogo
43 bacteriologista
44 veterinário
51 médico
52 dentista
53 enfermeiro diplomado
54 logopedista etc
51 residente hospital
52 auxiliar serv. médico
53 auxiliar fisioterapia
54 ótico
55 auxil. radiologia
56 parteira
57 protético
58 tecnico lab. clínico
71 atuário
72 estatístico
73 analista computador
81 analista econômico
82 analista contábil
83 analista organizacional
91 técnico contabilidade
92 auxiliar estatística
93 agente censitário
94 programador de comput
01 sociólogo antropol.
02 psicólogo
03 demógrafo
04 agente social
05 cient político historiadr
11 prof. pesq. ens.super
12 docente ensin. superior
13 prof.segundo grau
14 profes. primeiro grau
15 profes. prim grau inicial
16 profes. prim grau teral
17 prof. pre-escolar
18 instrutor
19 outros professores
21 orientador educacional

222 bedel
231 juiz
232 promotor curador
233 advogado
241 tabelião
242 escrivão
243 oficial de justiça
244 auxiliar de cartório
251 religiosos
252 religiosos - conta propria
261 jornalista etc
271 artista plástico
272 artesão
273 decorador
274 fotógrafo
275 músico
276 artista teatro radio tv
277 artista de circo
278 comunicador
279 diretor espetáculos
280 cinegrafista
281 cenotécnico
282 operador de estúdio
283 operador de imagem
291 bibliotecário
292 arquivologista
293 analista de cargos etc
301 agricultor conta própria
302 técnico agrícola
303 operador agrícola
304 trabalhador rural
305 trab. rural peq animais
311 trab. rural - animais
312 trab. rural - pesca
321 trab. rural - madeira
322 trab. rural - lenha
331 trab. rural - carvão
332 trab. rural - borracha
341 trab. rural - erva mate
342 trab. rural - coleta
411 minerador
451 trab extração pedras
511 operador mineração
611 operador petróleo
711 garimpeiro
811 saleiro (salinas)
911 perfurador de poços
011 técnico ext. mineral
021 técnico indústria
031 ajudante ind. têxtil
041 mestre de obras
051 técnico de serv públicos
061 técnico não especificado

411 técnico ind. siderúrgica
412 operador ind siderúrgica
413 trefilador - ind. arames
414 ajudante - ind siderúrg
415 galvanizador
416 afiador
417 polidor de metal
418 ferramenteiro
419 cunhador de moedas
420 prensador de metal
421 fresador
422 torneador mecânico
423 ajustador mecânico
424 ajudante mec veículos
425 ajudante mec de maçu
426 soldador
427 montador est metalicas
428 caldeireiro
429 ferreiro
430 funileiro
431 lanterneiro
441 cardador
442 binador (têxtil)
443 fiador (têxtil)
444 rendeira
445 aux liçadeira urdidor
446 cordoeiro
447 tecelão
448 tapeceiro
449 tarrafeiro
450 tintureiro (ind. têxtil)
451 estampador
452 acabador de tecidos
61 arreeiro coureiro
62 curtidor
70 costureiro alfaiate
71 auxiliar costureiro
72 calceiro camiseiro
73 figurinista cortador
74 bordadeira
75 chapeleiro (palha)
76 chapeleiro
77 sapateiro
78 ajudante ind. calçados
79 bolseiro
81 marceneiro
82 carpinteiro
83 toneleiro
84 lixador torneiro
85 serrador de maneira
86 prensista de madeira
87 capoteiro
88 colchoeiro

89 envernizador
90 cesteiro
01 bobineiro eletricitista
02 montador eletricitista
03 eletricitista
04 eletrotécnico montador
05 eletrotécnico reparador
06 eletricitista de instalações
07 instal de eq. comunicaç
08 eletricitista manutenção
09 operador cent. elétrica
11 armador de ferros
12 pedreiro
13 ajudante pedreiro
14 ajudante pintor
15 estucador
16 ladrilheiro
17 bombeiro
18 vidraceiro assentador
19 empedrador
20 calafate
21 concretista draguista
31 fiambreiro etc
32 carnicelro charqueador
33 abatedor etc
34 mantegueiro eyvc
35 doceiro etec
36 patisseiro etc
37 padeiro (empregado)
38 moendeiro
39 caldeador de açúcar
40 alambiqueiro etc
41 moedor de café etc
42 ajudante ind. pescados
43 ajudante ind. cacau chá
44 ajud ind. oleos vegetais
45 cozinhador
51 linotipista
52 gráfico
53 clichérista
54 impressor
55 revisor gráfico
56 encadernador
57 acabador ind. gráfica
61 vidraceiro (fabricação)
62 ceramista
63 decorador ceramista
64 forneiro em olaria
71 analista de qualidade
72 joalheiro
73 lapidador
74 borracheiro
75 recauchutador

76 fogueteiro
77 vassoureiro - fabricação
78 marmorista (fab)
79 processador de fumo
80 charuteiro
81 pintor industrial
82 empilheirista
83 caldeirista
84 acondicionador
85 ajudante ind. papel.
86 ajudante ind borr plast
87 operador inst. cimento
88 tecn seg trabalho
89 tecnicos industriais div
01 serviços conta própria
02 balconistas atendentes
03 caixa recebedor
04 arrumador de prateleiras
05 demonsrador modelo
1 feirante(não empregador)
2 aguadeiro
3 ambulante - balas etc
4 ambulante -frutas leg
5 ambulante - carnes etc
6 bilheteiro cambista
7 ambulante - outros
1 jornaleiro
1 caixeiro viajante
2 representante comercial
3 propagandista
1 corretor de seguros
2 corretor de imóveis
3 operador merc. financeiro
4 leiloeiro avaliador
5 agente de viagem etc
6 comprador
1 piloto navegador
2 comissário de voo
1 oficial téc. de marinha
2 arrais timoneiro
3 maquinista de embarc
4 caldeireiro em navio
5 marinheiro (civil)
6 camareiro
7 balseiro etc
1 condutor
2 estivador
1 agente estação trem
2 agente ou chefe de trem
3 maquinista de trem met
4 foguista de trem
5 guarda freios
6 guarda-linha

51 motorista
52 trocador de onibus
53 boleiro
61 controlador de trafego
62 conservador ferrovias
71 agente de correio
72 manipulante (correio)
73 telgrafista
74 telefonista
75 carteiro
01 arrumadeira - doméstica
02 babá
03 cozinheira doméstica
04 diarista doméstica
05 lavadeira doméstica
06 governanta mordomo
07 serviços domesticos
08 atendente doméstico
11 hotelaria - conta própria
12 arrumadeira (hotel)
13 cozinheiro (não domést)
14 grarçon
15 copeiro balconista
16 governanta não domés
17 maitre d hotel
18 maitre - restaurantes
21 cabeleireiro
22 barbeiro
23 depilador
24 manicure
25 passadeira (não domést)
26 engraxate
31 atleta futebol
32 atleta outros
33 árbitro esportivo
34 técnico esportivo
41 porteiro etc
42 ascensorista
43 guarda - vigia
44 servente faxineiro
45 continuo
51 alugador eq. agricola
52 provedor serviços lazer
61 oficial militar superior
62 praça militar
63 membro corpo bombeir
64 Delegado etc
65 detetive agente polic.
66 guarda civil
67 agente penitenciário
68 datiloscopista
69 vigilância privada
11 aprendiz

912 bilheteiro
913 bombeiro (não corpo de)
914 feitor capataz
915 imunizador detetizador
916 guardador de carros
917 guarda sanitário
918 agentes e fiscais div.
919 jardineiro
920 lixeiro
921 lubrificador
922 operador de ab. água
923 operador at diversas
924 ajudante diversos
925 trab. conserv. rodovias
926 atend infantil (não dom)
927 diversos
928 M sem branco s. decl.

ANEXO 2: CLASSIFICAÇÃO DAS OCUPAÇÕES NOS DIVERSOS SETORES

(REFERENTE À PNAD, ANO DE 1989)

(REFERENTE À PNAD, ANO DE 1995)

Setor	Atividade	Atividade/ Ramo	códigos - 89 e 95
Agrícola	1	Agrícola	11 a 42
Indústria de Transformação	2	Ind. Metalúrgica, mecânicas de mat. elet. e de transp.	110 a 140
	3	Produtos de minerais não-metálicos e madeira	100 e 150
	4	Mobiliário e artigos de palha	151 a 160
	5	Papel, papelão, borracha, couros, peles e plásticos	170 a 190, 230
	6	Química, petróleo, farmacêut., veterin., perfum, sabão e velas	200 a 220
	7	Têxtil, vestuário e calçados	240 a 251
	8	Produtos alimentares, bebidas e fumo	260 a 280
	9	Editorial e Gráfica	290
	10	Outros produtos	300
	Ind. Construção	11	Indústria da construção
Outras Ativ. Industriais	12	Extração mineral	50 a 59
	13	Serviço de Utilidade Pública	351 a 354
Com. Mercad.	14	Comércio de mercadorias	410 a 424
Transporte e Comunicação	15	Transporte	471 a 477
	16	Comunicação	481 a 482
Prestação de Serviços	17	Alojamento e alimentação	511 a 512
	18	Reparação	521 a 525
	19	Serviços pessoais	531 a 533
	20	Serviços domiciliares	541 a 543, 545
	21	Empregada doméstica	544
	22	Divertimentos	551 a 552
	23	Serviços domiciliares	571 a 589
Social	24	Serviço Médico Odontológico e veterinário	621 a 624
	25	Ensino	631 a 632
	26	Outras atividades sociais	610 a 619
Adm. Pública	27	Governo	711 a 727
Outras Atividades	28	Entidades financeiras	410 a 424, 451 a 464
	29	Outras atividades	801,901 e 902